



Texto para Discussão 003 | 2015

Discussion Paper 003 | 2015

Pobreza e Desconcentração Regional da Indústria Brasileira

João Saboia

Professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)

Lucia Kubrusly

Professora associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)

This paper can be downloaded without charge from
<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

Pobreza e Desconcentração Regional da Indústria Brasileira¹

Março, 2015

João Saboia

Professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)

Lucia Kubrusly

Professora associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)

¹ O trabalho foi financiado com recursos da pesquisa Nopoor e contou com o apoio dos alunos do IE/UFRJ Henrique Schmidt, Giovanna Loiola, Pilar Picon e Rodrigo Bazzanella.

Resumo

Com 8,5 milhões de km² e uma população pouco superior a 200 milhões de pessoas, o Brasil representa o quinto maior país em termos de área e de população. O país está dividido em cinco regiões, 27 estados, 137 mesorregiões, 556 microrregiões e 5570 municípios. Apesar de seu tamanho, a população e a economia estão concentradas nas principais áreas urbanas localizadas próximas do litoral, o que acarretou um desenvolvimento bastante desequilibrado em termos regionais ao longo dos anos.

Nas últimas décadas foi identificado pelos estudiosos um claro movimento de descentralização da economia. Tal mudança pode ser atribuída, em parte, a políticas do governo federal através de medidas de incentivo ao desenvolvimento do interior do país. Mais importante, entretanto, parecem ter sido as iniciativas dos governos estaduais e municipais na atração de novos investimentos industriais para suas regiões.

Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, a economia brasileira continua bastante concentrada nas regiões Sul e Sudeste do país, mais especificamente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, e em suas regiões metropolitanas.

O principal objetivo deste trabalho foi analisar a força do movimento de descentralização da indústria a partir da recuperação da economia brasileira pós 2003 e verificar sua possível contribuição para a redução da pobreza que vem ocorrendo no país nos últimos anos.

Em termos de desconcentração regional, foram utilizados indicadores clássicos, como as razões de concentração e o índice de Hirschmann-Herfindahl, tendo sido identificado um forte movimento na indústria, com redução da importância relativa das principais mesorregiões, especialmente as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte, e conseqüente aumento da participação das mais diversas cidades do interior do país, inclusive em regiões mais pobres e menos desenvolvidas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Tal resultado pode ser atribuído, principalmente, às políticas locais de atração de investimentos, também conhecidas com “guerra fiscal”, onde os estados da federação reduzem seus impostos para diminuir o custo de instalação e funcionamento das novas

empresas. Além disso, os estados procuram facilitar o acesso das empresas a fontes de crédito e a fundos regionais de desenvolvimento. Tal política tem sido complementada pela atuação de alguns municípios no interior dos estados, que também reduzem seus impostos e oferecem uma série de vantagens logísticas e de infraestrutura como forma de atrair novas empresas industriais.

Apesar da crítica que tem sido feita a este tipo de política, seus resultados em termos de atração de novas indústrias para o interior do país são inegáveis, tendo em vista as limitações das políticas de desenvolvimento regional implantadas pelo governo federal. O lado negativo seriam os gastos realizados pela administração local e a perda de receita tributária em regiões mais pobres e menos desenvolvidas onde as condições sociais são mais desfavoráveis.

Ao nível das políticas federais de desenvolvimento regional, o principal sucesso foi a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) no final dos anos sessenta, que gerou um importante polo industrial no interior da Amazônia, porém a um custo elevado em termos de incentivos fiscais. Recentemente, a ZFM foi renovada por um período de mais 50 anos.

Um dos fatos positivos ocorridos no Brasil nos últimos anos foi uma forte queda nas taxas de pobreza. Ao serem comparados os dados da desconcentração regional da indústria no período recente com as taxas de pobreza observada nas 137 mesorregiões do país, verificou-se um resultado bastante positivo, na medida em que importante parcela do fluxo de novos estabelecimentos, salários e empregos gerados pela indústria na última década foi destinada para áreas onde as taxas de pobreza são mais altas. Dessa forma, embora não sendo voltada especificamente para a redução da pobreza, pode-se concluir que a desconcentração regional da indústria favoreceu indiretamente a redução da pobreza verificada no Brasil nos últimos anos, através da forte geração de empregos e salários em regiões onde o nível de pobreza é elevado.

Não há consenso sobre a “guerra fiscal” no Brasil. Trata-se de um tema bastante polêmico, podendo ser destacados pontos positivos e negativos. De qualquer forma, tendo em vista os interesses das populações locais e na ausência de uma política nacional mais eficiente para o combate às desigualdades regionais, representa uma

alternativa que tem produzido resultados positivos em diversas regiões menos desenvolvidas do país.

Palavras-chave: Desconcentração regional; indústria brasileira; pobreza

Classificação JEL: J31; L60; O18; O25; R12

Abstract

Covering an area of 8.5 km² and with a population of more than 200 million, Brazil is now the world's fifth largest country by total area and population. The country is divided into five regions, 27 states, 137 mesoregions, 556 microregions, and 5570 municipalities. Despite its size, Brazil's population and economy are very densely concentrated in the main urban coastal areas, as a result of an unbalanced regional development over the years.

In the last decades, scholars have found clear evidence of deconcentration of economic activities in Brazil, a movement that might be in part related to national government's policies aimed at developing the countryside. More importantly, though, it may be a result of initiatives conducted by local governments to attract new industrial investments to their regions.

Yet, despite advances in recent years, Brazil's economy remains highly concentrated in the South and Southeast regions, more specifically in the states of São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, and Santa Catarina, and their metropolitan areas.

The present study aims to examine the process of spatial deconcentration of industrial activities in Brazil's recovering economy since 2003 and determine its potential contribution to the reduction of poverty that has occurred in recent years.

The analysis of spatial deconcentration has been made using traditional measures such as concentration ratios and the Hirschmann-Herfindahl index. Evidence has been found of significant decentralization of manufacturing activities, associated with a loss of relative importance of the main mesoregions (especially the metropolitan areas of São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre and Belo Horizonte). At the same time it was identified an increase in the share of several municipalities in the countryside, including those located in the less developed, poor regions of the North, Northeast and Midwest.

Policies undertaken by lower-level governments aimed to attract investments, also known as "fiscal war", may be the main cause behind the phenomena of economic deconcentration. States' governments offer tax cuts to reduce installation and operational costs of new firms; additionally, they facilitate access to credit and public

funds. Furthermore, municipalities also reduce their own taxes and offer several infrastructure and logistics advantages to attract new industrial firms to their cities.

Despite being subjected to criticism, tax competition has produced unequivocal results in terms of attracting new industrial firms to smaller cities, especially in face of the limited policies undertaken by the national government aimed at regional development. As a downside, one could mention the increased spending by local administration and the loss of fiscal revenue in poor, less developed regions where social conditions are unfavorable.

As for the national government's regional development strategies, the most successful policy was the creation of the Free Trade Zone of Manaus in the late 1970s, which established an important industrial hub in the Amazon but at a high cost in terms of fiscal incentives. The Free Trade Zone of Manaus has been recently extended by 50 years.

In recent years Brazil has achieved a significant reduction in poverty rates. The comparison of datasets on the process of spatial deconcentration of manufacturing and mining industries in recent years and the evolution of poverty rates in the 137 mesoregions of the country shows a positive correlation, as most of the new firms, wages and jobs created in the last decade have taken place in areas where higher poverty rates prevail. So, one might argue that spatial deconcentration of manufacturing activities, though not intended to reduce poverty, has indirectly contributed to poverty reduction in Brazil in recent years, by boosting job and wage growth in poor regions.

And yet there is no consensus on the issue of tax competition in Brazil. It is rather quite a controversial one, with positive and negative sides. In any case, in face of the interests of local populations and the lack of a more effective national policy aimed at reducing regional inequalities, tax competition has achieved positive outcomes in many underdeveloped regions of the country.

Keywords: Regional deconcentration; Brazilian industry; poverty

JEL Codes: J31; L60; O18; O25; R12

1 Introdução

O debate sobre o processo de desconcentração espacial da indústria no Brasil nas duas últimas décadas tem início com os trabalhos pioneiros de Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996), que apontam para um movimento de desconcentração que já vinha ocorrendo anteriormente. Segundo os autores teria havido perdas na participação das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro ao longo daquele período. Em contrapartida teria ocorrido um aumento nos estados do Sul do país e em Minas Gerais, assim como no interior de São Paulo, surgindo uma espécie de polígono regional que iria do centro de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul. Dessa forma, as transformações ocorridas fariam com que o processo de desconcentração ficasse restrito às cidades localizadas no interior de tal polígono.

Outros autores como Negri (1994), Pacheco (1999), Saboia (2000) argumentam que o processo de desconcentração não estava restrito apenas ao referido polígono. Negri (1994), por exemplo, mostra que o processo de desconcentração beneficiou outras regiões como a Centro-Oeste, a região Nordeste e a Zona Franca de Manaus através do desenvolvimento de alguns setores da indústria.

Pacheco (1999) defende que o processo de desconcentração teria prosseguido até meados dos anos noventa apresentando padrões setoriais que variam dependendo da região considerada. Segundo o autor, entretanto, o processo de desconcentração teria desacelerado em relação ao período anterior. Andrade e Serra (2000) apontam para um processo de desconcentração espacial no interior do próprio polígono definido por Diniz e Crocco com redução da importância das principais áreas industriais.

Saboia (2000) analisa o período 1989-1997, confirmando o movimento de desconcentração, mostrando o declínio do emprego industrial nas principais capitais e regiões metropolitanas, o fortalecimento do interior dos principais estados industrializados e em alguns estados fora do eixo Sul-Sudeste. Com isso, estariam surgindo pequenas aglomerações industriais nas mais distintas regiões do país, caracterizadas por possuírem baixos salários e pequeno nível de diversificação industrial.

Azevedo e Toneto Júnior (2001) também observam a continuação do processo de desconcentração na década de 90. Segundo esse estudo, os setores intensivos em mão-de-obra estariam migrando para regiões com baixos salários. No caso dos setores intensivos

em recursos naturais haveria deslocamento para locais com disponibilidade de tais recursos. Finalmente, as indústrias intensivas em capital, estariam sofrendo a concorrência de regiões localizadas no interior dos estados do Sul/Sudeste.

Saboia (2001) confirma os deslocamentos espaciais ocorridos na década de noventa, mostrando que a região Sul foi a principal beneficiária das mudanças, apresentando crescimento relativo de sua participação no emprego e nos salários nos mais diversos setores industriais. Mostra também o aumento da importância das regiões menos desenvolvidas no Nordeste e Centro-Oeste em alguns segmentos da indústria tradicional.

Suzigan et alii (2001) e Azzoni (2002) estudam especificamente o caso de São Paulo. O primeiro discute a heterogeneidade das aglomerações industriais paulistas e mostra um melhor desempenho do interior do estado relativamente à região metropolitana. Já o segundo defende que a região metropolitana de São Paulo continuaria tendo um papel fundamental no processo de industrialização.

Saboia (2004) discute a questão da desconcentração espacial da indústria no período 1994-2000 na região Nordeste. Segundo o autor, apesar da melhora ocorrida no período do ponto de vista da geração de emprego e do nível de remuneração, a posição da região continuava bastante desfavorável em relação ao restante do país. Ao mesmo tempo destaca os grandes diferenciais existentes no interior da própria região Nordeste.

Ramos e Ferreira (2005) comparam o comportamento diferenciado entre as metrópoles e o restante do país. Segundo os autores estaria havendo um esgotamento das metrópoles enquanto polos industriais, perdendo ainda espaço por conta da “guerra fiscal” entre estados. Com a perda de importância relativa do eixo Rio - São Paulo estaria havendo migração de postos de trabalho industriais para o interior de São Paulo e para os estados vizinhos das regiões Sul e Sudeste.

Garcia, Lemos e Carvalho (2003) trabalham com um enfoque econômico-demográfico e apontam para importantes mudanças ocorridas nos principais polos econômicos do país nas últimas décadas. Pereira e Lemos (2003) e Lemos et alii (2003) reafirmam que a distribuição espacial da indústria brasileira continuava concentrada em São Paulo e em seu entorno. Segundo os autores, há o surgimento de polos subnacionais que, entretanto, possuem uma influência geográfica limitada.

Oliveira Junior (2006) destaca os determinantes da decisão da localização industrial. Chegam à conclusão que a questão da escolha do local de instalação da empresa está fortemente associada às características de cada setor da indústria, como custos salariais, economias de aglomeração, proximidade do mercado e das plantas já existentes.

A partir de técnicas de estatística multivariada e indicadores sintéticos, utilizando dados das mesorregiões do país, Saboia, Kubrusly e Barros (2008) confirmam que em meados da década de 2000 os desequilíbrios regionais permaneciam elevados, beneficiando as regiões Sul e Sudeste. Foram, entretanto, encontrados resultados favoráveis em algumas mesorregiões das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que confirmaria uma extrapolação do processo de desconcentração para fora do polígono original de Diniz e Crocco em anos recentes. Há casos de desenvolvimento em regiões no entorno das capitais e outros em que se trata de políticas explícitas de atração de investimentos industriais para o interior.

Ardissone (2009) analisa as 58 microrregiões com maior valor da transformação industrial, concluindo que o processo de desconcentração ocorrido no período 1996/2005 depende muito do tipo de indústria considerado. Em alguns casos houve tendência à desconcentração com o surgimento de novas microrregiões industriais. Em outros teria havido reconcentração da indústria.

Saboia (2013) estende a análise do processo de desconcentração regional da indústria até o ano de 2007 confirmando sua continuidade. No estudo foram considerados três agrupamentos da indústria – tradicionais; de commodities; e difusora/durável mostrando que o movimento foi relativamente generalizado entre diferentes setores.

Este relatório persegue o mesmo tipo de preocupação dos artigos resenhados, atualizando e aprofundando a discussão da localização regional da indústria até 2012, considerando o período pós 2003 quando o Brasil apresentou uma retomada do crescimento econômico com desaceleração no final do período. Conforme mostrado ao longo do texto, será confirmada a continuidade do processo de desconcentração regional da indústria, beneficiando o interior do país com forte geração de emprego e renda, colaborando para a redução da pobreza em diversas regiões.

O trabalho está dividido em várias seções. Inicialmente é feita a resenha das políticas de atração de investimentos que originaram a chamada “guerra fiscal”, apontando seus

pontos positivos e negativos. Em seguida será apresentada a metodologia da pesquisa empírica. Na seção 4 são apresentados alguns dados gerais que mostram o crescimento industrial no período 2003/2012. A seção 5 discute o processo de descentralização regional da indústria no período. A seção 6 ilustra o caso de uma mesorregião do interior do país e o tipo de política utilizada para a atração de uma grande empresa multinacional para se localizar na região. Na seção 7 são comparados os dados da evolução da descentralização industrial com informações sobre a queda da pobreza nas diversas mesorregiões do país procurando verificar o tipo de correlação existente entre os dois fenômenos. Finalmente, o trabalho é encerrado com as principais conclusões. Há ainda um anexo estatístico com tabelas com os principais dados regionais utilizados na pesquisa, além de um conjunto de mapas do Brasil que ilustram o processo de desconcentração regional da indústria no período do estudo.

2 Políticas de Atração de Investimentos Locais

O processo de industrialização do país foi de enorme importância para o crescimento econômico do Brasil no século passado. Segundo Policarpo e Cruz (2010), entretanto, o desenvolvimento gerado durante o último século não foi suficiente para a redução das desigualdades regionais. Na década de sessenta, o governo federal conseguiu centralizar suas políticas de desenvolvimento no país. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) serve de exemplo de como o governo militar do período buscou reduzir as disparidades regionais.

Prado (1999) salienta que a política de isenção fiscal tem sido uma prática comum no Brasil há várias décadas. Já nos anos setenta ocorriam disputas entre os estados da federação utilizando esse tipo de prática. Segundo o autor, nos anos oitenta, as disputas fiscais entre os Estados diminuíram, mas voltaram a ocorrer na década seguinte. O processo se intensificou em meados dos anos noventa, quando houve uma explosão de isenções fiscais por todo o país, processo que continua presente na economia brasileira até hoje, e que ficou conhecido como “guerra fiscal”.

Se durante o regime militar o governo central conseguiu gerenciar políticas de desenvolvimento ao redor do país, a partir de meados dos anos oitenta, com o fim da ditadura, o poder de intervenção do governo na economia foi reduzido. Segundo Policarpo e Cruz foi nesse contexto que os estados aprofundaram suas políticas de isenções fiscais, visando atrair grandes investimentos para suas respectivas regiões.

Piancastelli e Perobelli (1996) argumentam que a nova Constituição de 1988 afetou bastante os cofres públicos. Os gastos das fazendas estaduais aumentaram, mas os repasses da União não acompanharam o crescimento. Os Estados passaram a sofrer com o rombo nas contas públicas e uma saída para essa situação era a receita oriunda dos tributos estaduais, sendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) o mais importante (ver box explicativo sobre o ICMS no final da seção). Segundo os autores, a guerra fiscal dificultou o saneamento das fazendas estaduais. Era importante atrair novos investimentos, mas o efeito indireto das isenções fiscais era sentido na perda de qualidade dos serviços públicos prestados pelos estados.

A guerra fiscal é um tema bastante controverso e complexo, existindo tanto argumentos favoráveis quanto contrários. Apresentaremos a seguir o posicionamento dos vários autores que têm discutido a questão no Brasil nas últimas três décadas.

Num dos primeiros textos sobre o tema, Varsano (1977) se colocava contra uma política de isenções fiscais livre de regulação. Segundo o pesquisador, o resultado final dessa política seria negativo. Os estados perdem ao oferecer grandes isenções ao setor privado. Se todas as federações praticam a guerra fiscal, a tributação diminui, mas o patamar dos estados se mantém, transformando a guerra fiscal em uma renúncia fiscal por parte das fazendas estaduais. O autor também confronta a ideia dos estados menores utilizarem as isenções fiscais para obterem vantagens contra as regiões mais desenvolvidas. Segundo ele, no limite, os estados mais fortes conseguem reduzir o ICMS a níveis maiores e mesmo assim manter um bom nível de serviços públicos prestados a população, enquanto os mais pobres reduzem a receita estadual perdendo qualidade nos serviços prestados.

Piancastelli e Perobelli analisaram de forma histórica o agravamento da política fiscal no Brasil. Concluíram que ao atrair investimentos os estados sabiam que suas contas públicas seriam danificadas, mas nada foi feito a respeito. A receita fiscal oriunda da atividade econômica que poderia sanear os cofres públicos passou a ser um problema para as fazendas estaduais.

Prado analisa em seu estudo os lados positivos e negativos da guerra fiscal. Ele salienta que o Brasil não possui um arranjo político desenvolvido para reger as disputas entre os estados. Além disso, ressalta que a internacionalização das economias também dificulta as políticas de industrialização centralizadas, reduzindo muito a capacidade do governo para criar políticas macroeconômicas realmente eficazes.

Varsano, Ferreira e Afonso (2002) acreditam que as isenções são importantes para o desenvolvimento regional do país, mas devem ser muito bem planejadas para que não danifiquem as contas públicas estaduais. O estudo mostrou que a disputa fiscal entre os estados é um processo natural de descentralização industrial do Brasil e os governos devem ficar atentos à dinâmica do mercado, pois o setor privado buscará maximizar suas vantagens, exigindo do poder público um esforço cada vez maior de redistribuição de riquezas. Os investimentos privados tendem a ser realizados em regiões mais desenvolvidas, aumentando as disparidades regionais do país. Ressalta-se, entretanto, que

ao conceder isenções fiscais os Estados devem projetar os ganhos futuros e analisar se o resultado líquido será positivo para a sociedade e para os cofres públicos.

Nascimento (2008) analisou a guerra fiscal no Brasil na década de noventa e não encontrou uma relação clara entre as isenções fiscais e a descentralização da indústria. Encontrou um rombo nas receitas de São Paulo devido à debandada das empresas em direção aos estados que ofereciam melhores vantagens fiscais. Essa migração industrial atinge duplamente os cofres públicos, visto que reduz as receitas estaduais nos estados mais fortes e, com as isenções tributárias, também reduzem as receitas nos estados menores.

Estudo realizado pela Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional (Adial Brasil) em 2009 defende que a guerra fiscal deve ser utilizada pelos estados para atrair investimentos, visto que o governo federal não possui uma política de desenvolvimento regional bem definida. Acabar com a guerra fiscal seria um desastre para o país, mas seriam necessárias melhorias no processo, principalmente em relação à sua regulação pelo governo federal.

Policarpo e Cruz no trabalho já mencionado observaram uma relação positiva entre crescimento do emprego e as isenções fiscais na região Nordeste, mas salientaram que além da redução tributária dos estados, também é necessário existir uma política regional de desenvolvimento. Essa melhor distribuição da atividade econômica no interior do vários estados nordestinos é importante, visto que grande parte dos investimentos acaba ocorrendo no entorno das capitais.

Vasconcelos, Vasconcelos e Lima Júnior (2012) estudaram a política de isenção fiscal realizada pelo estado do Rio de Janeiro, comparando-a com a falta de isenções fiscais no estado de Minas Gerais. Sendo as duas regiões analisadas muito próximas em termos geográficos e com estrutura econômica semelhante, foi possível observar uma clara vantagem dos municípios fluminenses no número de investimentos industriais. Os autores ressaltam que os estados devem se planejar no longo prazo, mas o uso da guerra fiscal no curto prazo seria benéfico para a atração de investimentos.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um tributo de competência dos estados da federação e do Distrito Federal. O ICMS nasceu fruto de estudos que buscavam aperfeiçoar a forma anterior de tributação, cuja incidência dava-se em cascata. Dentre as alternativas sugeridas para a mudança tributária, havia a de um imposto que incidisse sobre o consumo e havia, também, a de um imposto que fosse cobrado, tal qual o sistema francês, sobre o valor adicionado em cada etapa.

A tributação sobre o consumo implicaria na cobrança do imposto somente quando da venda para o consumidor final, enquanto que na segunda alternativa, o imposto seria cobrado em cada processo de movimentação (venda) da mercadoria. Simplificando a tributação, temos a possibilidade de cobrar os impostos na origem ou no destino. O ICMS é cobrado por cada um dos estados e o Distrito Federal e os valores tributados não são iguais para todos os produtos. Em média, o ICMS gira em torno de 18%. Para produtos básicos da alimentação o ICMS é reduzido. Já no caso de produtos considerados supérfluos, como, cigarro, perfumes e vinhos, cobra-se o percentual de 25%.

O ICMS é um imposto não cumulativo, dessa forma é tributada a circulação da mercadoria, visto que, se o produto passar por vários intermediários, o imposto será gerado em todas as movimentações. A não cumulatividade significa que ao realizar as operações de compra e venda de uma mercadoria, deve-se analisar os créditos e débitos fiscais gerados. Dessa forma se a empresa vende uma mercadoria por R\$ 200,00 e o ICMS do Estado da empresa for 10%, o débito fiscal gerado é de R\$ 20,00. Para evitar a tributação em cascata, o ICMS também fornece o crédito fiscal, que pode ser calculado através da compra de insumos pela empresa. A empresa compra insumos para suas atividades, essas mercadorias possuem nota fiscal, onde o ICMS foi calculado no ato de venda. O valor do ICMS presente na nota fiscal da compra do insumo é o crédito fiscal da empresa. Se a empresa tem sede no estado do Rio de Janeiro, ela deve ao órgão fiscal estadual a diferença entre débitos e créditos do ICMS.

O debate acalorado em torno da tributação do ICMS é motivado pela liberdade que cada estado possui em alterar seus valores básicos de tributação do imposto. Essas mudanças visam atrair investimentos para as regiões que não conseguem competir apenas com infraestrutura e mão de obra. A guerra fiscal entre as federações tem sido agressiva e leva ao

3 Metodologia e Fonte de Dados da Indústria Utilizados

No período analisado de 2003/2012 o Brasil experimentou grandes transformações econômicas e sociais. Ao assumir o governo em 2003 o presidente Lula passou a dar um nítido viés favorável à redução da pobreza e melhoria da distribuição de renda, com forte transferência de rendimentos, cujo programa governamental mais conhecido é o Bolsa Família². Além disso, a política de valorização do salário mínimo nacional favoreceu o crescimento dos menores salários e o piso da previdência social oficial³.

Do ponto de vista macroeconômico o país passou por um período de crescimento relativamente elevado entre 2004 e 2008 (4,8% ao ano), ao final do qual a economia foi atingida pela crise internacional. Desde então, o crescimento econômico tem sido relativamente baixo, exceto em 2010 (7,5%). No quinquênio 2009/2013 o PIB cresceu apenas 2,5% ao ano e no triênio 2011/2013 não passou de 2% ao ano.

O Brasil está dividido em 27 estados, 137 mesorregiões, 556 microrregiões e 5570 municípios. O estudo do processo de desconcentração regional da indústria será desenvolvido neste trabalho utilizando-se como unidade de análise as mesorregiões do país. Trata-se de um nível de desagregação intermediário em que cada estado da federação está dividido em cerca de cinco mesorregiões. Tem a vantagem de representar um nível de desagregação territorial razoável, simplificando a análise que se torna muito trabalhosa ao serem consideradas as centenas ou milhares de unidades correspondentes às microrregiões ou municípios.

Serão analisados os dados da indústria de transformação e extrativa mineral levantados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e utilizadas quatro variáveis – número de estabelecimentos; número de empregos; volume de salários pagos; e salário médio⁴. As variáveis salariais são corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado

² Para uma discussão sobre o Programa Bolsa Família ver Lavinias (2013).

³ O salário mínimo cresceu 69,5 % entre 2003 e 2012. O piso da previdência social oficial é igual a um salário mínimo.

⁴ Essas são as principais variáveis levantadas pela RAIS que cobre o setor formal da economia brasileira.

(IPCA) que é a medida oficial de inflação do país, atualizando os valores monetários de 2003 para 2012.

A indústria é analisada segundo o nível de desagregação de “divisão”, representando 23 segmentos na indústria de transformação e quatro na extrativa mineral.

Para a análise do processo de desconcentração regional da indústria são utilizadas medidas clássicas como as razões de concentração que informam o percentual de cada variável (estabelecimentos, emprego e salários) nas principais mesorregiões, além do índice de Hirschmann-Herfindahl (HH) que varia entre zero e 10 mil, onde valores mais elevados indicam maiores níveis de concentração regional.

4 Primeiros Resultados

Os resultados encontrados para as quatro variáveis utilizadas neste trabalho no período considerado foram bastante favoráveis. O número de estabelecimentos industriais passou de 263.331 para 356.329, representando um aumento de 35,3%. O volume de emprego subiu de 5.379.853 para 8.153.896, com 51,6% de crescimento. A massa salarial elevou-se ainda mais atingindo um crescimento de 96,9% em termos reais. Em 2012 representava R\$ 16,1 bilhões mensais⁵. Como o crescimento da massa de salários foi maior do que o do volume de emprego, houve aumento de 29,9% no salário médio real, que passou de R\$ 1522 para R\$ 1977 no período 2003/2012.

A indústria brasileira está muito concentrada em segmentos da indústria tradicional como alimentos e bebidas, vestuário, têxtil, calçados e móveis, mas o maior crescimento no período, em geral, ocorreu em setores modernos da indústria como em máquinas e equipamentos, material eletrônico e de informática, material de transporte e outros. Ver Tabelas 1 e 2.

⁵ Conforme já mencionado os valores monetários estão atualizados para 2012. A taxa de câmbio média neste ano era de aproximadamente R\$ 2/US\$.

Tabela 1 - Estabelecimentos e Empregos por Setor da Indústria - 2003/2012

Setor Industrial	Estabelecimentos			Empregos		
	2003	2012	Δ %	2003	2012	Δ %
10:Extr. Carvão Mineral	152	157	3,3	4.451	5.877	32,0
11:Extr. Petróleo e etc.	235	455	93,6	23.223	63.394	173,0
13:Extr. Minerais Metálicos	412	680	65,0	27.034	91.846	239,7
14:Extr. Minerais Não-metálicos	6.115	7.244	18,5	68.098	98.180	44,2
15:Fabr. Produtos Alimentícios	40.673	44.950	10,5	1.031.591	1.583.558	53,5
16:Fabr. de Produtos do Fumo	233	233	0,0	14.169	14.911	5,2
17:Fabr. de Produtos Têxteis	10.217	13.414	31,3	279.826	336.108	20,1
18:Confec. de Art. do Vestuário	39.041	56.820	45,5	448.524	670.904	49,6
19:Prep. Couros e Art. de Calçados	11.449	14.038	22,6	345.732	401.849	16,2
20:Fabr. de Produtos de Madeira	15.997	16.010	0,1	232.201	196.792	-15,2
21:Fabr. de Celulose e Papel	3.269	4.458	36,4	124.499	177.230	42,4
22:Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	16.587	22.919	38,2	187.450	236.366	26,1
23:Fabr. de Coque, Refino Petróleo, Elabor. Comb. Nucl. e Prod Álcool	281	287	2,1	59.853	40.638	-32,1
24:Fabr. de Produtos Químicos	9.402	10.855	15,5	289.741	508.884	75,6
25:Fabr. Art. de Borracha e Plást.	10.902	14.482	32,8	289.916	452.373	56,0
26:Fabr. de Produtos de Minerais Não-metálicos	19.997	26.741	33,7	277.634	447.410	61,2
27:Metalurgia Básica	4.946	4.469	-9,6	200.736	251.651	25,4
28:Fabr. de Produtos de Metal Exc. Máq. e Equip.	25.515	40.951	60,5	324.280	550.472	69,8
29:Fabr. de Máquinas e Equip.	11.057	23.894	116,1	289.074	577.931	99,9
30:Fabr. de Máq. para Escritório e Equip. de Informática	622	733	17,8	21.752	46.733	114,8
31:Fabr. de Máq, Aparelhos e Materiais Elétricos	3.794	6.487	71,0	121.595	222.571	83,0
32:Fabr. de Material Eletr. e de Apar. e Equip. de Comunicações	1.459	1.688	15,7	64.903	92.756	42,9
33:Fabr. de Equip. Médico-hospit.	2.076	5.215	151,2	39.045	77.496	98,5
34:Fabr. e Montagem de Veículos Automotores, Reboques	3.912	5.897	50,7	281.124	478.702	70,3
35:Fabr. de Outros Equip. Transp.	1.162	1.893	62,9	50.505	122.141	141,8
36:Fabr. de Móveis e Ind. Diversas	22.553	28.604	26,8	268.650	374.817	39,5
37:Reciclagem	1.273	2.755	116,4	14.247	32.306	126,8
Total	263.331	356.329	35,3	5.379.853	8.153.896	51,6

Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS

Tabela 2 - Massa de Salários e Salário Médio por Setor da Indústria - 2003/2012

Setor Industrial	Massa de Salários Mensal (R\$ 2012)			Salário Médio (R\$ 2012)		
	2003	2012	Δ %	2003	2012	Δ %
10:Extr. Carvão Mineral	7.066.298	14.584.861	106,4	1.588	2.482	56,3
11:Extr. Petróleo e etc.	159.161.978	638.725.204	301,3	6.854	10.075	47,0
13:Extr. Minerais Metálicos	68.015.721	363.689.201	434,7	2.516	3.960	57,4
14:Extr. Minerais Não-metálicos	76.033.447	167.527.796	120,3	1.117	1.706	52,8
15:Fabr. Produtos Alimentícios	1.157.240.420	2.366.289.388	104,5	1.122	1.494	33,2
16:Fabr. de Produtos do Fumo	34.857.808	45.573.504	30,7	2.460	3.056	24,2
17:Fabr. de Produtos Têxteis	308.465.721	453.838.288	47,1	1.102	1.350	22,5
18:Confec. de Art. do Vestuário	312.194.034	645.901.311	106,9	696	963	38,3
19:Prep. Couros e Art. de Calçados	275.128.130	396.863.583	44,2	796	988	24,1
20:Fabr. de Produtos de Madeira	195.674.052	234.407.754	19,8	843	1.191	41,3
21:Fabr. de Celulose e Papel	233.589.832	404.247.533	73,1	1.876	2.281	21,6
22:Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	351.073.039	495.641.172	41,2	1.873	2.097	12,0
23:Fabr. de Coque, Refino Petróleo, Elabor. Comb. Nucl. e Prod Álcool	190.086.792	474.346.405	149,5	3.176	11.672	267,5
24:Fabr. de Produtos Químicos	819.995.330	1.488.751.889	81,6	2.830	2.926	3,4
25:Fabr. Art. de Borracha e Plást.	430.357.864	798.045.452	85,4	1.484	1.764	18,8
26:Fabr. de Produtos de Minerais Não-metálicos	319.318.033	649.493.070	103,4	1.150	1.452	26,2
27:Metalurgia Básica	459.343.061	698.876.538	52,1	2.288	2.777	21,4
28:Fabr. de Produtos de Metal Exc. Máq. e Equip.	460.829.562	956.124.685	107,5	1.421	1.737	22,2
29:Fabr. de Máquinas e Equip.	606.300.371	1.462.186.981	141,2	2.097	2.530	20,6
30:Fabr. de Máq. para Escritório e Equip. de Informática	61.077.421	104.199.590	70,6	2.808	2.230	-20,6
31:Fabr. de Máq, Aparelhos e Materiais Elétricos	228.701.161	489.925.279	114,2	1.881	2.201	17,0
32:Fabr. de Material Eletr. e de Apar. e Equip. de Comunicações	147.985.399	203.026.062	37,2	2.280	2.189	-4,0
33:Fabr. de Equip. Médico-hospit.	70.315.483	160.252.858	127,9	1.801	2.068	14,8
34:Fabr. e Montagem de Veículos Automotores, Reboques	786.618.718	1.482.525.568	88,5	2.798	3.097	10,7
35:Fabr. de Outros Equip. Transp.	147.420.155	405.274.924	174,9	2.919	3.318	13,7
36:Fabr. de Móveis e Ind. Diversas	266.705.171	480.829.719	80,3	993	1.283	29,2
37:Reciclagem	13.762.459	39.964.287	190,4	966	1.237	28,1
Total	8.187.317.458	16.121.112.899	96,9	1.522	1.977	29,9

Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS

5 Evidências da Continuidade do Processo de Desconcentração Regional

Para facilitar a análise do processo de desconcentração regional da indústria as 137 mesorregiões serão divididas em 6 grupos ordenadas de forma decrescente segundo sua importância em cada uma das quatro variáveis consideradas. O primeiro grupo inclui as cinco principais, o segundo as 20 seguintes, os três próximos incluem 25 mesorregiões cada um, seguindo-se o sexto grupo com as 37 restantes. No anexo são apresentados os dados individuais de cada uma das 137 mesorregiões.

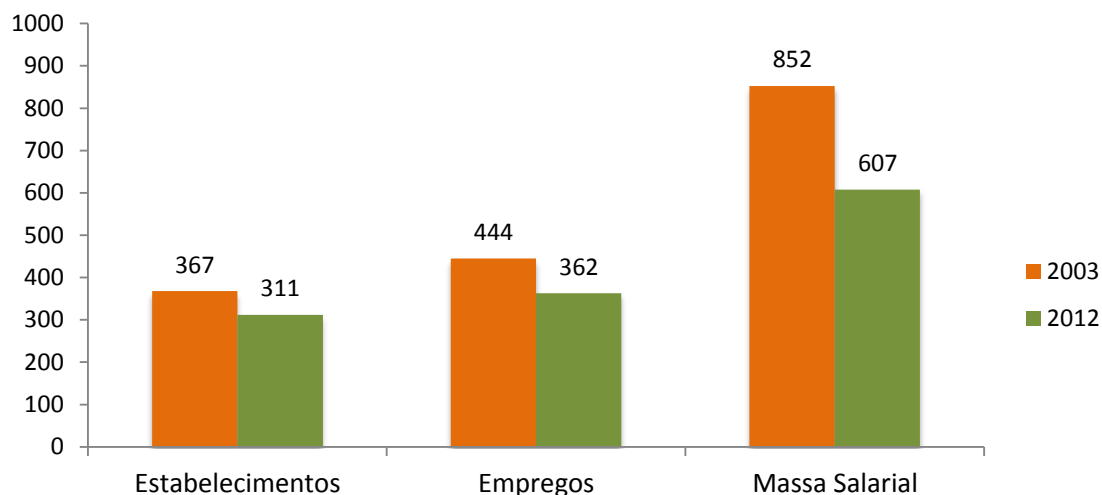
A concentração regional da indústria é bastante elevada, mas a evolução do processo de desconcentração no período 2003/2012 é muito nítida. Considerando a variável número de estabelecimentos, por exemplo, nota-se que a principal mesorregião - Metropolitana de São Paulo (RMSP) - reduziu sua participação de 14,4% para 12,4%, enquanto as cinco principais tiveram redução de 30,8% para 27,9%. Os 2,9 pontos percentuais perdidos pelas cinco principais mesorregiões em termos de número de estabelecimentos foram redistribuídos entre as demais. Considerando, por exemplo, as 37 mesorregiões mais atrasadas do país, sua participação no total de estabelecimentos subiu de 2,1% para 2,6%. Portanto, ela incorporou 0,5 ponto percentual dos 2,9 perdidos pelas 5 principais mesorregiões. Isso representou um incremento de 23% em sua participação no emprego. Utilizando o índice de concentração de Hirschmann-Herfindahl (HH), houve queda de 367 para 311 no período, confirmando-se o processo de desconcentração. (Ver Tabela 3 e Gráfico 1)

Tabela 3 - Distribuição dos Estabelecimentos, Emprego e Massa Salarial da Indústria por Porte da Mesorregião - 2003/2012 (%)

Faixa de Tamanho	Estabelecimentos		Empregos		Massa de Salarial	
	2003	2012	2003	2012	2003	2012
5 maiores	30,84	27,86	34,17	30,57	45,9	40,81
6ª maior à 25ª	37,36	38,03	35,48	36,80	33,81	35,57
26ª maior à 50ª	16,03	17,39	17,09	18,23	12,67	14,27
51ª maior à 75ª	9,10	8,91	8,20	8,67	4,85	5,71
76ª maior à 100ª	4,57	5,23	3,68	4,06	2,08	2,62
101ª maior à 137ª	2,10	2,59	1,37	1,67	0,69	1,02
Total	100	100	100	100	100	100

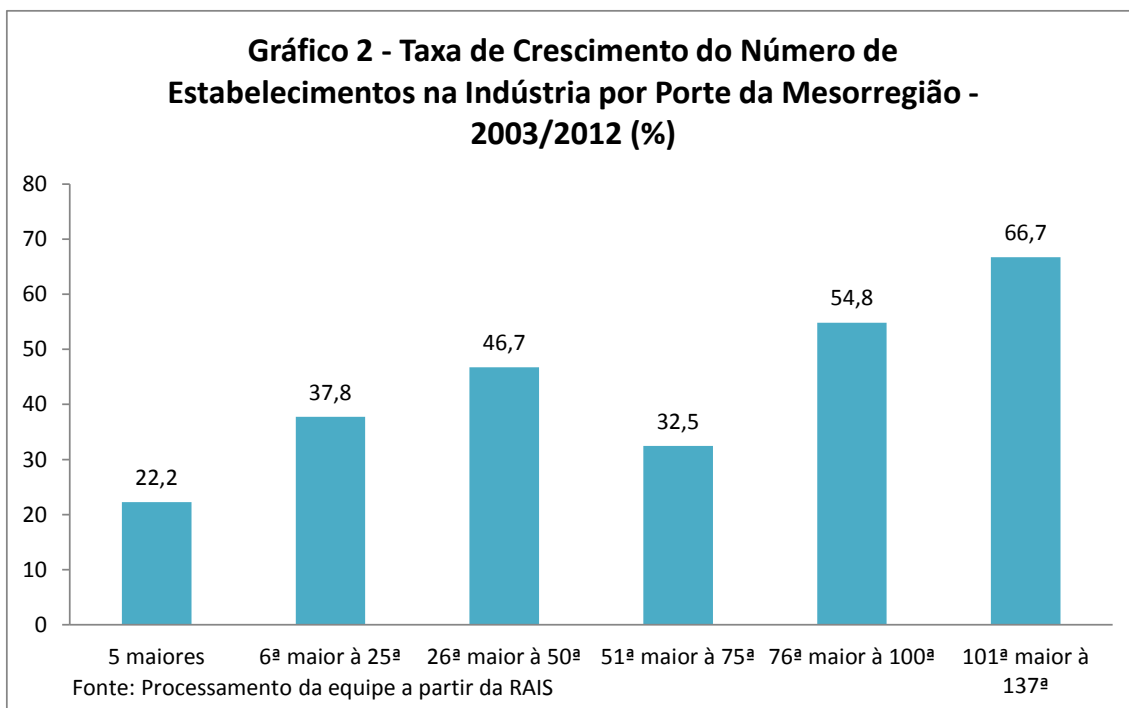
Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS

Gráfico 1 - Índice de Concentração Regional de Hirschmann-Herfindahl da Indústria - 2003/2012



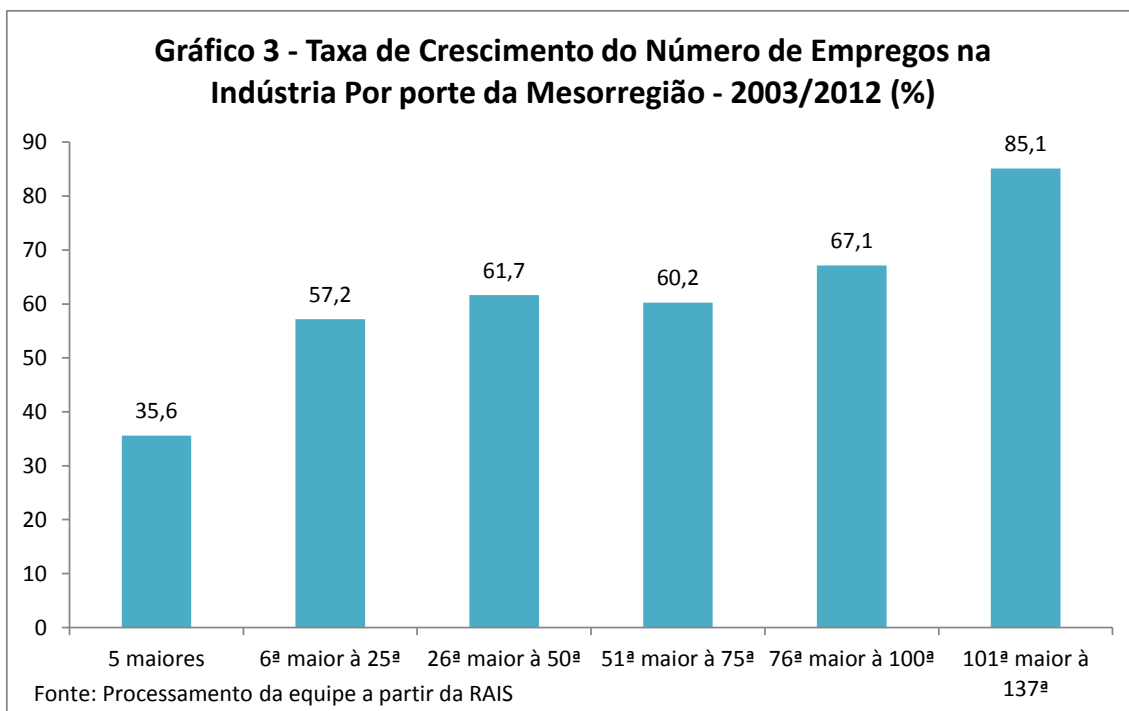
Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS

O Gráfico 2 apresenta a taxa de crescimento do número de estabelecimentos no período em cada um dos seis grupos considerados. As cinco principais mesorregiões apresentam 22,2% de aumento, enquanto as 37 menores mostram elevação de 66,7%, ilustrando o processo de descentralização da indústria. Os grupos intermediários tiveram crescimento na faixa entre 32,5% e 54,8%.



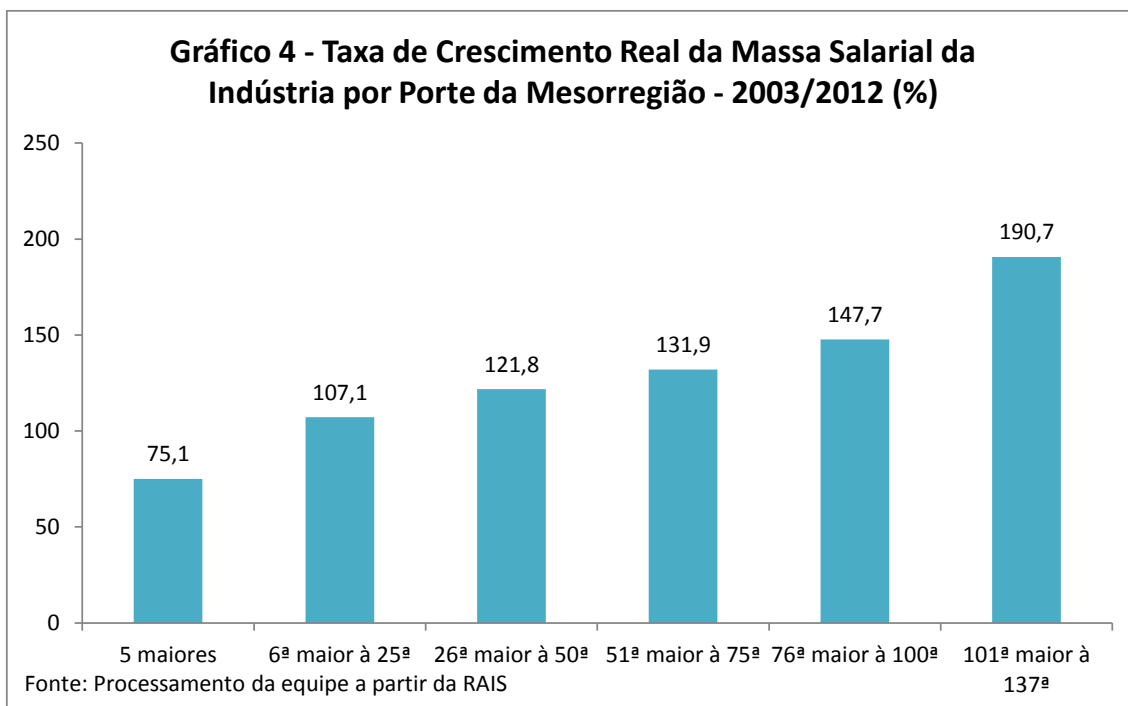
Passando-se à análise do volume de emprego, houve queda da participação da RMSSP de 16,8% para 14,3% e nas cinco principais de 34,2% para 30,6%, com perda de 3,8 pontos percentuais que foram redistribuídos para as regiões menos desenvolvidas. Considerando-se, mais uma vez, as 37 mesorregiões com menor nível de emprego, nota-se um aumento de sua participação no período de 1,4% para 1,7% do total do emprego. Embora o incremento seja relativamente pequeno em termos absolutos, ele representa um aumento de 22%. O índice HH confirma a desconcentração regional segundo o número de empregados, caindo de 444 para 362.

A taxa de crescimento do volume de emprego no período aumenta na medida em que se consideram os grupos onde a indústria é menos desenvolvida. Enquanto nas cinco maiores houve 35,6% de aumento do emprego, no último grupo o crescimento foi de 85,1%. Os grupos intermediários apresentaram taxas de crescimento do emprego da ordem de 60%. (Ver Gráfico 3)



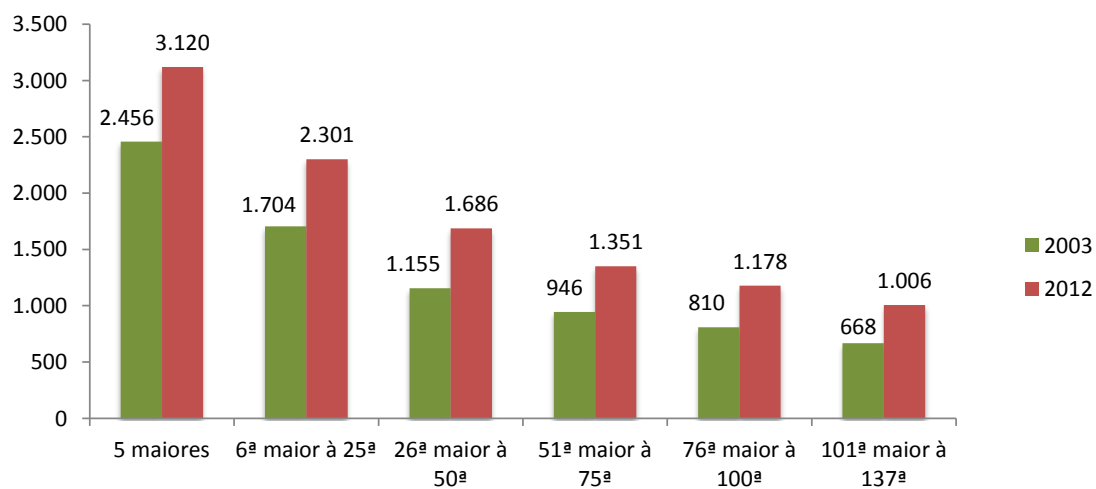
Como as regiões mais desenvolvidas pagam salários mais elevados o nível de concentração regional da massa salarial é mais alto do que nas demais variáveis. Mas o movimento de redução da concentração regional é semelhante. Mais uma vez a RMSP reduz sua participação de 25,9% para 20,3%, enquanto as cinco principais caem de 45,9% para 40,8%, ou seja, a queda se concentrou principalmente na RMSP. A participação das 37 mesorregiões menos importantes em termos industriais se elevou de 0,7% para 1% no período, representando um crescimento de 48%. Refletindo o maior nível de concentração, o índice HH da massa salarial é mais elevado, mas também foi reduzido, caindo de 852 para 607 no período.

O aumento da massa salarial foi muito mais intenso nas regiões menos desenvolvidas. Enquanto nas cinco principais o crescimento real foi de 75,1%, nas 37 menores houve elevação de 190,7%, significando que quase triplicou em termos reais no período de apenas nove anos. O Gráfico 4 ilustra a situação.



Conforme esperado, as remunerações médias são bem mais elevadas nas regiões mais desenvolvidas que concentram a maior parcela da indústria do país. Em 2012, por exemplo, o salário médio nas cinco principais regiões era cerca de três vezes mais elevado que nas 37 menores. De qualquer forma, a evolução no período foi bastante favorável, sendo mais favorável nas regiões menos desenvolvidas, com isso reduzindo os desníveis salariais entre as mesorregiões. (Ver Gráficos 5 e 6)

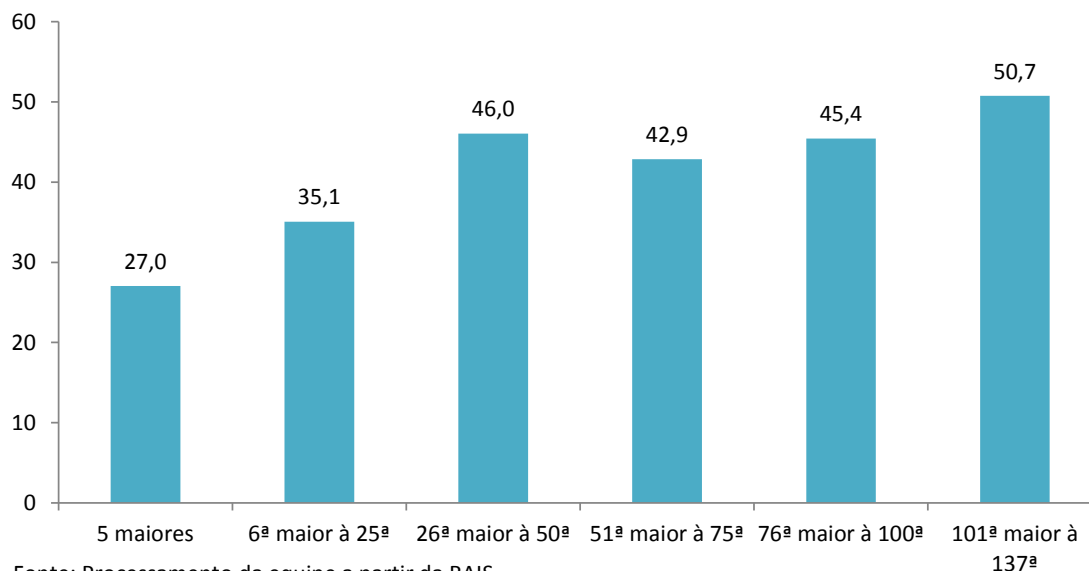
Gráfico 5 - Salário Médio na Indústria por Porte da Mesorregião - 2003/2012 (em R\$ de 2012)



US\$ 1 \cong R\$ 2

Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS

Gráfico 6 - Taxa de Crescimento do Salário Médio Real na Indústria por Porte da Mesorregião - 2003/2012 (%)



Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS

Alguns segmentos da indústria são bem mais concentrados em termos regionais do que outros. Em geral, é na indústria tradicional onde se encontram as menores taxas de concentração, mas o movimento de desconcentração é generalizado. A regra geral é a

obtenção de menor concentração regional no número de estabelecimentos e a maior concentração na massa salarial. De qualquer forma, independentemente da variável considerada, o resultado é inequívoco de redução da concentração regional da indústria brasileira.

Tomando-se como exemplo a massa de salários, apenas na extração de minerais metálicos e no refino de petróleo e fabricação de álcool houve aumento da concentração regional. Mesmo em segmentos industriais onde a concentração é relativamente baixa como na extração de minerais não metálicos, fabricação de alimentos e bebidas, produtos de madeira, móveis, produtos de minerais não metálicos e reciclagem houve queda. Quando consideradas as outras duas variáveis – número de estabelecimentos e de empregos – os resultados são semelhantes. A Tabela 4 ilustra o processo de desconcentração regional da indústria brasileira segundo as três variáveis utilizadas.

Tabela 4 - Índice de Concentração Regional de Hirschmann-Herfindahl por Setor da Indústria - 2003/2012

Setor	Estabelecimentos		Empregos		Massa Salarial	
	2003	2012	2003	2012	2003	2012
10:Extr. Carvão Mineral	910	765	3.620	4.006	4.458	3.529
11:Extr. Petróleo e etc.	900	1.206	3.135	2.523	3.969	2.799
13:Extr. Minerais Metálicos	676	676	1.408	2.102	1.627	2.032
14:Extr. Minerais Não-metálicos	207	170	236	182	285	239
15:Fabr. Produtos Alimentícios	175	157	231	203	316	264
16:Fabr. de Produtos do Fumo	648	682	1.768	1.473	2.049	1.713
17:Fabr. de Produtos Têxteis	540	456	618	573	911	791
18:Confec. de Art. do Vestuário	542	503	507	476	761	641
19:Prep. Couros e Art. de Calçados	1.020	1.160	1.267	864	1.654	1.004
20:Fabr. de Produtos de Madeira	255	240	328	278	343	318
21:Fabr. de Celulose e Papel	793	594	669	623	916	850
22:Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	645	472	1.301	1.060	2.440	1.963
23:Fabr. de Coque, Refino Petróleo, Elabor. Comb. Nucl. e Prod Álcool	262	442	420	2.218	1.613	3.641
24:Fabr. de Produtos Químicos	685	532	1.281	717	2.233	1.594
25:Fabr. Art. de Borracha e Plást.	1.023	783	1.145	854	1.656	1.143
26:Fabr. de Produtos de Minerais Não-metálicos	207	164	292	226	540	373
27:Metalurgia Básica	656	646	758	647	888	774
28:Fabr. de Produtos de Metal Exc. Máq. e Equip.	535	370	895	637	1.216	810
29:Fabr. de Máquinas e Equip.	797	490	840	599	1.185	802
30:Fabr. de Máq. para Escritório e Equip. de Informática	1.511	933	1.196	1.176	1.549	1.410
31:Fabr. de Máq, Aparelhos e Materiais Elétricos	1.294	757	1.229	816	1.908	1.294
32:Fabr. de Material Eletr. e de Apar. e Equip. de Comunicações	1.377	1.125	1.648	1.717	1.717	1.661
33:Fabr. de Equip. Médico-hospit.	1.110	634	1.304	886	1.877	1.195
34:Fabr. e Montagem de Veículos Automotores, Reboques	741	582	1.492	1.029	2.074	1.467
35:Fabr. de Outros Equip. Transp.	514	508	1.163	950	2.354	1.261
36:Fabr. de Móveis e Ind. Diversas	346	281	457	378	697	481
37:Reciclagem	341	294	404	384	578	459
Total	367	311	444	362	852	607

Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS

No anexo estão apresentados alguns mapas do Brasil para ilustrar visualmente o processo de desconcentração regional da indústria no período segundo as 137 mesorregiões do país.

6 Um exemplo de políticas utilizadas para a atração de investimentos industriais no interior do país – o caso da Mitsubishi e a mesorregião do Sul Goiano

Para ilustrar o tipo de políticas utilizadas pelos estados e municípios na atração de novos investimentos industriais utilizaremos o caso da mesorregião Sul Goiano, localizada no sul do estado de Goiás e um de seus principais municípios – Catalão.

No período 2003/2012, a mesorregião do Sul Goiano apresentou crescimento de 60,7% no número de estabelecimentos, 162,7% no número de empregados, 324,4% na massa de salários e 61,6% no salário médio real. Em 2012, possuía 2200 estabelecimentos industriais e 73.925 empregos, gerava R\$ 124 milhões em salários mensais, cujo valor médio era de R\$ 1675.

Abordaremos a instalação da montadora Mitsubishi em Catalão em 1998. O caso tem suma importância, visto que foi a primeira montadora automobilística a se instalar na região Centro-Oeste do país⁶. Um diferencial local apontado por Silva Só (2004) foi a ampliação da estrutura educacional, a qual manteve o padrão de escolaridade da população de Catalão acima da média do estado de Goiás no período de 1930/1990. O autor destaca ainda a proximidade com centros urbanos importantes (Uberlândia, Goiânia e Brasília), a presença de instituições de treinamento como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e um número considerável de universidades (federais, estaduais e privadas) como causas do diferencial do nível educacional da população de Catalão.

Ademais, o papel do programa estadual FOMENTAR⁷ foi expressivo no desenvolvimento do município⁸. Além da Mitsubishi, várias outras empresas industriais se instalaram em Catalão, como a montadora John Deere, demonstrando a convergência da indústria deste município com a agropecuária local.

⁶ Ver Mitsubishi vai dobrar produção em Catalão. O Popular, 27/04/2011.

⁷ O FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás) foi criado pela Lei nº 9.489, de 19/07/1984 e tinha o objetivo de incrementar a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento de Goiás. Foi posteriormente substituído pelo PRODUZIR (Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás), criado pela Lei nº. 13.591, de 18/01/2000.

⁸ Ver Guimarães e Ribeiro (2006).

Entre os fatores atrativos para a opção das montadoras por Catalão podem ser mencionados a pouca organização sindical da mão de obra local, com predisposição a baixos salários; a já citada escolaridade diferenciada; o volume de trabalhadores jovens com pouca experiência profissional e maior aceitação de baixos salários; a conveniência logística da localização de Catalão junto a uma malha ferroviária; o substancial mercado consumidor de automóveis 4x4; e as políticas governamentais de atração de investimentos⁹.

Os Quadros 1 e 2 abaixo ilustram os diferentes tipos de benefícios e incentivos creditícios, fiscais, logísticos e de infraestrutura que foram oferecidos à Mitsubishi, tanto ao nível estadual quanto municipal, para sua instalação no município de Catalão¹⁰.

Quadro 1 – Incentivos e benefícios estaduais para a instalação da Misubishi em Catalão
Concessão de isenção por 20 anos de 70% do ICMS devido;
Garantia de financiamento de R\$ 4 milhões para implantação e instalação da unidade produtiva;
Aprovação e liberação de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste para a construção e instalação da montadora;
Esforços para conceder um financiamento especial para capital de giro;
Instalação de um posto aduaneiro no município;
Apoio à empresa a fim de obter aprovação para o seu enquadramento no R.A.E;
Venda de um terreno, incluídas as obras de infraestrutura, ao preço R\$ 0,25 o metro quadrado;
Fornecimento de 10 metros cúbicos de água por hora;
Assegurar, sem ônus para o MMC, a ligação da rede de água e esgoto;
Construção de ramal ferroviário específico para a montadora;
Adequação do aeroporto local;
Concessão à empresa do prazo de 90 dias para o pagamento de ICMS devido nas saídas dos produtos;
Redução de 50% do ICMS a recolher pela MMC, relativo à parcela não fomentada;
Extensão de rede elétrica de alta tensão;
Gestões da TELEGOIAS, para aquisição e instalação de até 40 troncos de linhas telefônicas e linhas de 0800 e LPCD.

⁹ Ver Siqueira (2009).

¹⁰ Os Quadros 1 e 2 foram retirados de Ribeiro e Cunha (2007).

Quadro 2 – Incentivos e benefícios municipais para a instalação da Misubishi em Catalão
O município oferece, sem ônus para a empresa, asfaltamento nos acessos ao terreno e vias internas;
Urbanização do terreno;
Serviços de terraplanagem e drenagem de águas pluviais;
Execução de projeto paisagístico;
Reestruturação do sistema de transporte público;
Disponibiliza vagas em creches aos empregados da MMC;
Manutenção de posto de saúde nas intermediações;
Criação de posto de bombeiro nas proximidades;
Arca com o gasto de transporte do material para a construção da empresa;
Concessão da redução da alíquota do ISSQN;
Isenção dos tributos municipais sobre o imóvel durante o período de fruição de financiamento;
Instalação de iluminação nas vias de acesso a empresa e em sua parte interna
Coleta de lixo;

Fonte: Ribeiro e Cunha (2007)

7 Pobreza e Geração de Emprego e Salários na Indústria

Um dos resultados mais notáveis ocorridos no Brasil nos últimos anos foi a queda das taxas de pobreza no país. Uma combinação de forte melhora do mercado de trabalho, associada à política de valorização do salário mínimo e aos programas de transferência de renda implementados pelo governo contribuíram para a redução da pobreza e da indigência.

Todos os índices agregados de pobreza do Brasil apresentaram forte queda ao longo da década de 2000. Utilizando, por exemplo, a linha de pobreza do Programa Bolsa Família, a taxa de pobreza foi reduzida de 35,8% em 2001 para 11% em 2011¹¹.

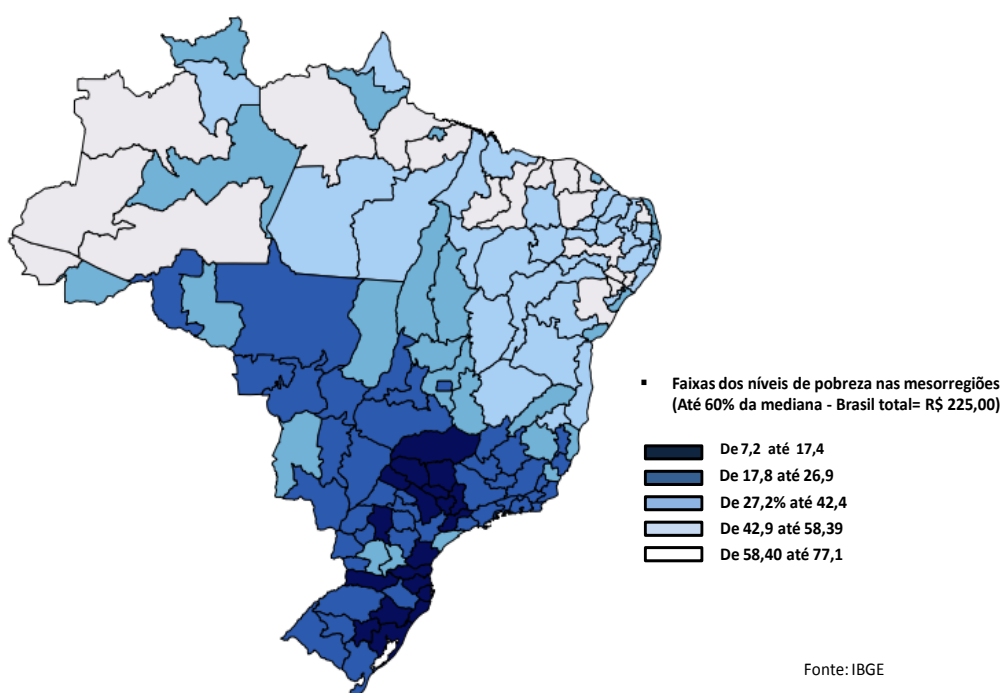
Na medida em que o processo de desconcentração regional da indústria beneficiou as regiões menos desenvolvidas do país, é razoável a suposição de que tais regiões seriam também as mais pobres e poderiam ter sido beneficiadas com o movimento observado. Nesta seção procuraremos verificar se efetivamente a desconcentração regional caminhou em direção às regiões mais pobres.

Com esse objetivo foi feito o cruzamento entre o crescimento do número de estabelecimentos, do nível de emprego, da massa salarial e do salário médio no período 2003/2012 apresentada nas seções anteriores e a taxa de pobreza observado nas 137 mesorregiões em 2010¹². O Mapa 1 ilustra as taxas de pobreza nas 137 mesorregiões em 2010.

¹¹ Ver Lavinias (2013). A atual linha de pobreza do Programa Bolsa Família é de R\$ 154. i.e. pouco menos de US\$ 70.

¹² A razão para se utilizar os dados de pobreza de 2010 deve-se ao fato que neste ano foi realizado o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobrindo toda a extensão territorial do país, sendo, portanto, a única fonte onde podem ser levantadas taxas de pobreza para as 137 mesorregiões. A linha de pobreza utilizada é o valor correspondente a 60% da mediana da renda domiciliar per capita levantada pelo Censo Demográfico (R\$ 225). Os dados originais são municipais e foram agregados ao nível das 137 mesorregiões.

Mapa 1 - Taxa de Pobreza nas Mesorregiões do Brasil - 2010

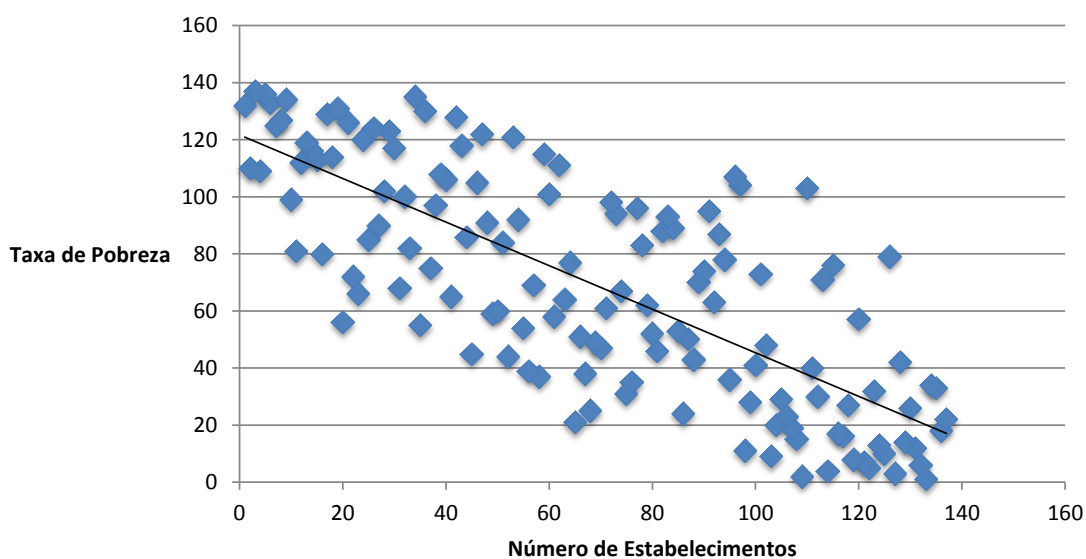


Inicialmente foram calculadas as correlações entre o volume de estabelecimentos, de empregos, de massa salarial e do salário médio das mesorregiões em 2012 e as taxas de pobreza em 2010¹³. Conforme esperado, a indústria é mais desenvolvida nas mesorregiões mais ricas do país. Os coeficientes de correlação entre as taxas de pobreza e o nível das quatro variáveis mencionadas são negativos, respectivamente, -0,76, -0,73, -0,75 e -0,59¹⁴. Ilustramos tais correlações com os gráficos 7 a 10.

¹³ Tendo em vista os grandes diferenciais entre as variáveis industriais nas mesorregiões foi dada preferência ao uso dos índices de correlação de ordem em vez dos usuais índices de Spearman. As variáveis foram ordenadas do menor ao maior valor. No caso da pobreza, por exemplo, a menor ordem corresponde ao menor nível de pobreza. As retas incluídas nos gráficos 7 a 10 representam o ajuste linear pelo método de mínimos quadrados. Retas com inclinação negativa correspondem a coeficientes de correlação negativos e vice versa.

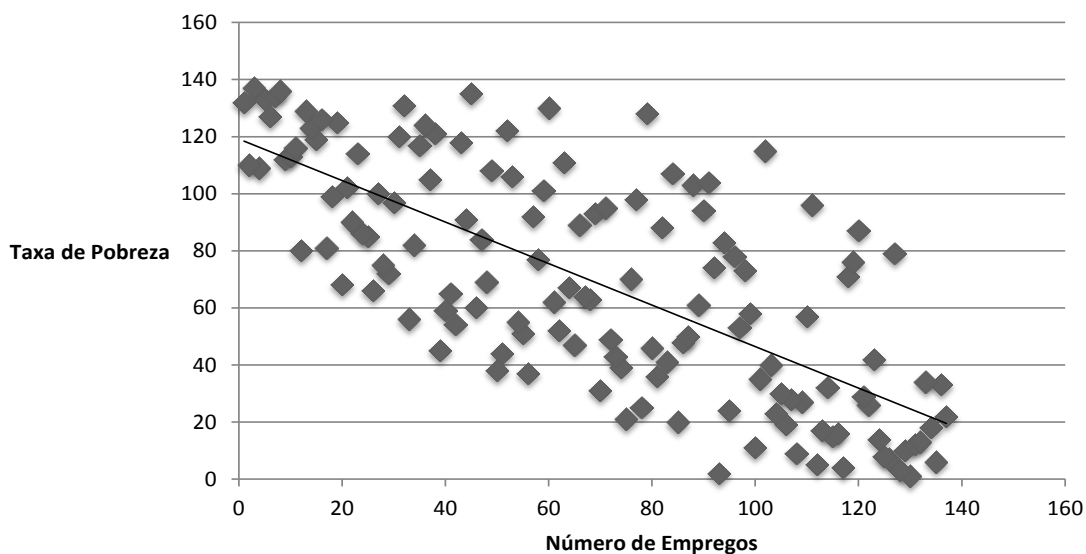
¹⁴ Os testes de hipóteses realizados mostram que tais coeficientes são efetivamente negativos ao nível de significância de 99%.

Gráfico 7 - Correlação entre a Taxa de Pobreza 2010 e o Número de Estabelecimentos na Indústria em 2012



Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS e do Censo Demográfico do IBGE

Gráfico 8 - Correlação entre a Taxa de Pobreza em 2010 e o Número de Empregos na Indústria em 2012



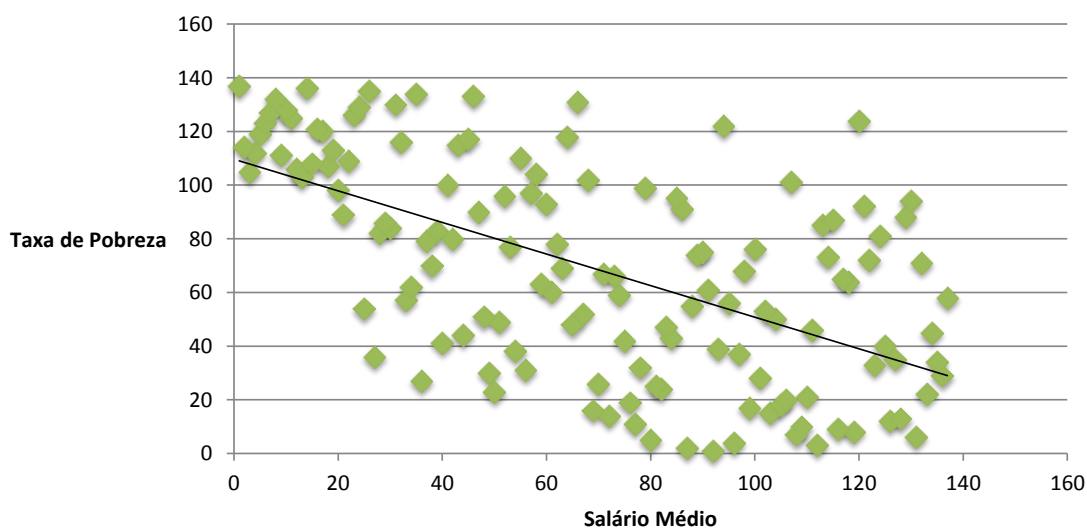
Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS e do Censo Demográfico do IBGE

Gráfico 9 - Correlação entre a Taxa de Pobreza em 2010 e a Massa Salarial na Indústria em 2012



Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS e do Censo Demográfico do IBGE

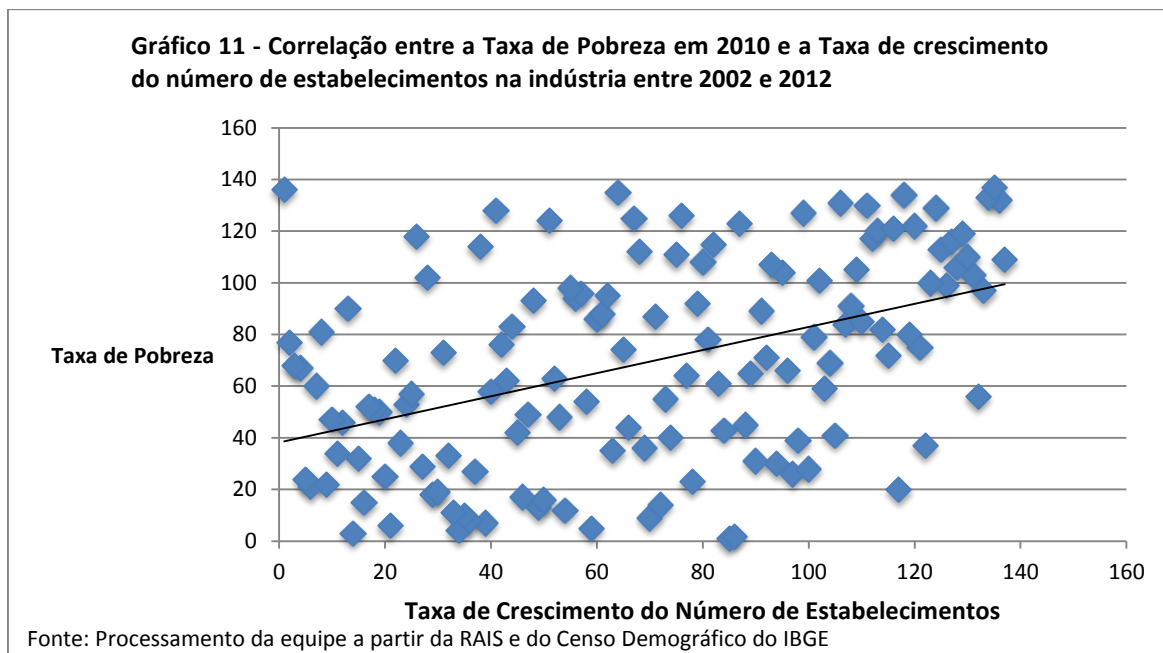
Gráfico 10 - Correlação entre a Taxa de Pobreza em 2010 e o Salário Médio em 2012



Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS e do Censo Demográfico do IBGE

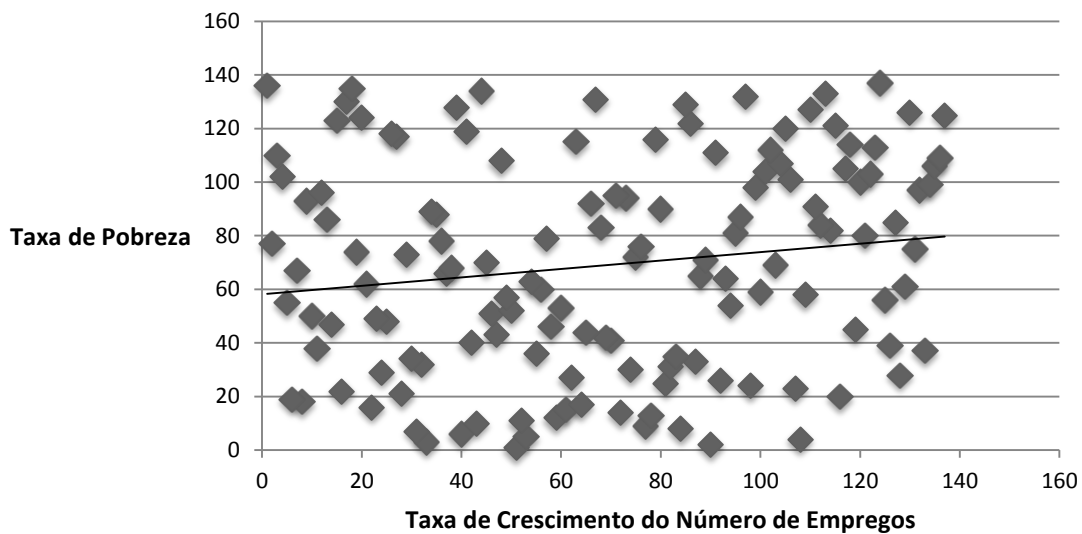
Passando-se à análise da correlação entre os níveis de pobreza nas mesorregiões em 2010 e a taxa de crescimento das quatro variáveis consideradas entre 2003 e 2012 observaram-se coeficientes de correlação positivos – 0,45; 0,16; 0,23; 0,28, respectivamente. Embora relativamente pequenos em valor absoluto, são todos positivos, indicando que o crescimento do número de estabelecimentos, do nível de emprego, da massa salarial e do

salário médio tendeu a ser mais elevado nas mesorregiões mais pobres do país¹⁵. Dessa forma, a desconcentração regional da indústria teria contribuído positivamente para o processo de geração de renda e, provavelmente, pela redução da taxa de pobreza em tais mesorregiões. O resultado da correlação entre as variáveis está ilustrado pelos Gráficos 11 a 14.



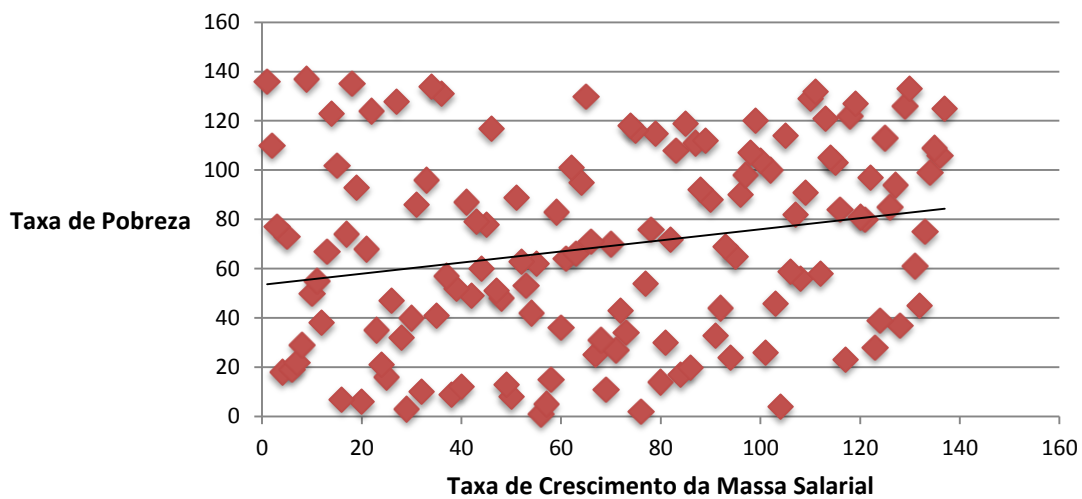
¹⁵ Apenas o coeficiente de correlação entre pobreza e variação o emprego não é positivo ao nível de significância de 99%, sendo, entretanto, positivo ao nível de significância de 90%.

Gráfico 12 - Correlação entre a Taxa de Pobreza em 2010 e a Taxa de Crescimento do número de empregos na indústria entre 2003 e 2012



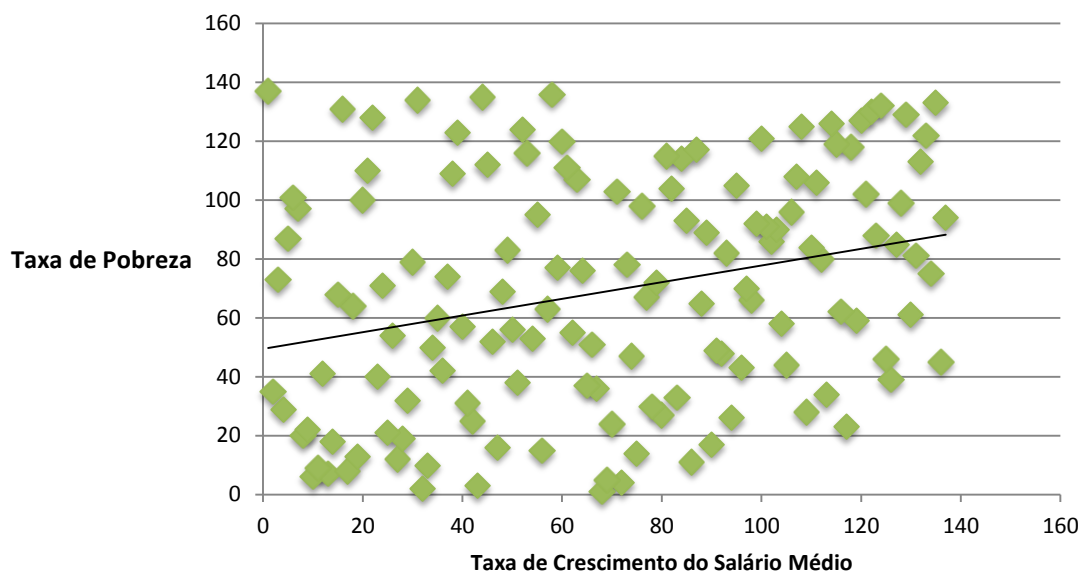
Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS e do Censo Demográfico do IBGE

Gráfico 13 - Correlação entre a Taxa de Pobreza em 2010 e a Taxa de Crescimento da Massa Salarial na Indústria entre 2003 e 2012



Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS e do Censo Demográfico do IBGE

Gráfico 14 - Correlação entre a Taxa de Pobreza em 2010 e a Taxa de Crescimento do Salário Médio na Indústria entre 2003 e 2012



Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS e do Censo Demográfico do IBGE

8 Conclusão

O Brasil experimentou nos últimos anos uma forte queda nas taxas de pobreza. Contribuíram para isso um conjunto de fatores com destaque para os programas de transferência de renda para a população mais pobre como no caso do Programa Bolsa Famílias. Adicionalmente, podem ser mencionados o comportamento favorável do mercado de trabalho e o crescimento do salário mínimo.

Simultaneamente à queda da pobreza, ocorreu um intenso processo de descentralização regional da indústria com aumento de sua importância nas regiões menos desenvolvidas do país. Tal fato foi comprovado neste estudo com a utilização de diversas variáveis como o número de estabelecimentos, de empregos e a massa salarial regional da indústria.

A descentralização regional já vem ocorrendo há algumas décadas tendo sido incentivada pela atuação insatisfatória do governo central na luta contra os desequilíbrios regionais, resultando na iniciativa de alguns governos estaduais através de uma política de atração de investimentos baseada em incentivos fiscais e creditícios. Tal política tem recebido críticas pelo custo incorrido nos estados e municípios eventualmente beneficiados, mas o resultado final foi um indiscutível processo de descentralização industrial no país.

Foi identificado no estudo uma associação positiva entre o nível de pobreza local e o movimento de expansão regional da indústria, de modo que as regiões mais beneficiadas em termos de crescimento do emprego e dos salários teriam sido aquelas que possuem níveis de pobreza mais elevados. Assim, a descentralização industrial teria contribuído de alguma forma para a redução da pobreza nessas regiões através da geração de empregos e renda.

Sem dúvida, a “guerra fiscal” não é a melhor forma de se desenvolver o interior do país, mas tendo em vista os interesses dos governos locais e na ausência de um comando unificado do governo central voltado para o desenvolvimento das regiões mais pobres do país, tal política acaba beneficiando aquelas regiões que conseguem sair na frente e oferecer condições mais vantajosas para as empresas, com resultados palpáveis como os observados neste estudo.

Bibliografia

- Andrade, T. A., Serra, R.V. - *Distribuição espacial da indústria: possibilidades atuais para sua investigação*. Estudos Econômicos, v.30, n.2, abril-junho 2000.
- Ardissone, M. S. – *Mudança na distribuição espacial das atividades industriais por microrregião no período 1996/2005*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UFRJ, 2009.
- Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional. - *Importância dos Incentivos Fiscais Regionais para o Desenvolvimento Econômico-Social*. São Paulo, dezembro de 2009.
- Azevedo, P. F., Toneto Júnior, R. – *Relocalização do emprego industrial formal no Brasil na década de 90*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 31, n. 1, abril de 2001.
- Azzoni, C. R. – *Sobre a Necessidade da Política Regional*, in *Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- Crocco, M. A. et alli – *Metodologia de Identificação de Arranjos Produtivos Locais*. Nova Economia, v. 16, n. 2, agosto de 2006.
- Diniz, C.C. – *Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização*. Nova Economia, v.3, n. 1, setembro de 1993.
- Diniz, C. C., Crocco, M. A. – *Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*. Nova Economia, v.6, n. 1, julho de 1996.
- Diniz, C. C. – *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*. Texto para Discussão, n. 159 – Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte, 1995.
- Diniz, C. C., Campolina, B. – *A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespecialização e novas funções*. Revista Eure, v. 33, 2007.
- Dulci, O. S. – *Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil*. Revista de Sociologia e Política, n.18: 95/107, junho de 2012.
- Ferraz, J.C., Kupfer, D. e Haguenaer, L. - *Made in Brazil: Desafios Competitivos para a Indústria Brasileira*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1996.

Garcia, R. A., Lemos, M. B., Carvalho, J. A. M. - *A Evolução das áreas de influência demográfica e econômico-demográfica dos polos econômicos brasileiros entre 1980, 1991 e 2000*. Texto para Discussão, n. 224, Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte, outubro de 2003.

Guimarães, E. N., Ribeiro, R. A. *A nova fronteira industrial do sudeste de Goiás*. Multiciência, UNICAMP, v. 06, Campinas, 2006.

Kupfer, D., Rocha, C. - *Dinâmica da produtividade e heterogeneidade estrutural na indústria brasileira*. Seminario El Reto de Acelerar el Crecimiento en América Latina y el Caribe. CEPAL, Santiago de Chile, 2004.

Lavinas, L. - 21st Century Development, *New Left Review*, n. 84, novembro-dezembro, 2013.

Lemos, M.B. et. alli - *A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica*. Estudos Econômicos, v.33, n. 4, outubro-dezembro de 2003.

Lemos, M. B. et alli – *A organização territorial da indústria no Brasil*, in De Negri, J. A. e Salerno, M. S. *Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras*. IPEA, Rio de Janeiro, 2005.

Lourenço, G.M. – O Peso e o Preço da Guerra Fiscal. *Análise Conjuntural*, IPARDES, v. 16, n. 3-4, março-abril, 2014.

Nascimento, S. P. - *Guerra Fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns Estados participantes*. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 12, n. 4, outubro-dezembro 2008.

Negri, B. – *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 1994.

Oliveira Jr, M. – *Aglomeração Espacial e Eficiência Industrial: Um estudo a partir da evolução da produtividade nos municípios brasileiros de 1970 a 1996*. Tese de doutorado, Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

Pacheco, C. A. – *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Texto para Discussão, n. 633. IPEA, Brasília, março de 1999.

- Pereira, F. M., Lemos, M. B. - *Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.33, n.1, abril de 2003.
- Piancastelli, M., Perobelli, F. - ICMS: Evolução Recente e Guerra Fiscal. IPEA – Texto para Discussão, n. 402, IPEA, fevereiro 1996.
- Policarpo, J. R. L., Da Cruz, A. C. L. - Programas de desenvolvimento local na região Nordeste do Brasil: uma avaliação preliminar da “guerra fiscal”. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3, dezembro de 2010.
- Prado, S. - Guerra Fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil. Economia e Sociedade, v. 13, n. 2, dezembro de 1999.
- Ramos, L., Ferreira, V. - *Geração de empregos e realocação espacial do mercado de trabalho brasileiro - 1992-2002*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 35, n.1, abril de 2005.
- Ribeiro, R. A., Cunha, S. Mitsubishi: organização da produção e do trabalho. In: Araújo, S. M., Trabalho e capital em trânsito: a indústria automobilística no Brasil. Editora UFPR, Curitiba, 2007.
- Saboia, J. – *Descentralização industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 30, n. 1, abril de 2000.
- Saboia, J. - *Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente*. Nova Economia, v. 11, n.2, dezembro de 2001.
- Saboia, J. - *A indústria brasileira no Nordeste e as desigualdades inter e intra regionais*. Econômica, v.6, n. 1, junho de 2004.
- Saboia, J. – *A continuação do processo de desconcentração regional da indústria brasileira nos anos 2000*. Nova Economia, v.23, n. 2, maio-agosto de 2013,
- Saboia, J., Kubrusly, L. S., Barros, A. C. - *Diferenciação regional da indústria brasileira: agrupamento e ordenação a partir de um novo índice*. Nova Economia, v. 18, n. 3, dezembro de 2008.
- SENAI - Geração do Emprego Industrial nas Capitais e Interior do Brasil. Brasília, 2005.

Silva Só, L.L. - Desenvolvimento em municípios rurais: a margem da estrada de ferro em Goiás. Dissertação de mestrado, Instituto de Economia, UFU, Uberlândia, 2004.

Siqueira, A. D., Instalação da Mitsubishi em Catalão: elementos que definem a escolha como uma decisão estratégica, CEPPG–CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão , v. XI, n. 20, 1º semestre de 2009.

Suzigan, W., Furtado, J., Garcia, R., Sampaio, S. E. K. - *Aglomerações industriais no Estado de São Paulo*. Economia Aplicada, v.5, n.4, outubro-dezembro de 2001.

Varsano, R. – A guerra fiscal do ICMS: Quem ganha e quem perde. Texto para Discussão, n. 500, IPEA, julho de 1977.

Varsano, R., Ferreira, S. G., Afonso, J. R. - Fiscal competition: Bird's eye view. Texto para discussão, n. 887, IPEA, Junho 2002.

Vasconcelos, C. R. F., Vasconcelos, S. P., Lima Júnior, L. A. - A sensibilidade da decisão de localização das firmas a argumentos fiscais e não fiscais: Evidências empíricas para municípios selecionados. *Análise Econômica*, v. 30, n.58, setembro de 2012.

Anexo – Tabelas e Mapas com Informações das Mesorregiões

Tabela A1 - Estabelecimentos e Emprego na Indústria por Mesorregião - 2003/2012

Estado	Mesorregião	Número de estabelecimentos		Distribuição percentual dos estabelecimentos		Varição percentual dos estabelecimentos	Número de empregos		Distribuição percentual dos empregos		Varição percentual dos empregos
		2003	2012	2003	2012	2003/2012	2003	2012	2003	2012	2003/2012
1101 - Rondônia	Madeira-Guaporé	451	740	0,17	0,21	64,1	4864	9074	0,09	0,11	86,6
1102 - Rondônia	Leste Rondoniense	1.335	1.676	0,51	0,47	25,5	18624	27958	0,35	0,34	50,1
1201 - Acre	Vale do Juruá	53	85	0,02	0,02	60,4	280	574	0,01	0,01	105,0
1202 - Acre	Vale do Acre	263	470	0,10	0,13	78,7	3137	6555	0,06	0,08	109,0
1301 - Amazonas	Norte Amazonense	2	7	0,00	0,00	250,0	6	11	0,00	0,00	83,3
1302 - Amazonas	Sudoeste Amazonense	6	20	0,00	0,01	233,3	81	189	0,00	0,00	133,3
1303 - Amazonas	Centro Amazonense	1.173	1.719	0,45	0,48	46,5	69353	127111	1,29	1,56	83,3
1304 - Amazonas	Sul Amazonense	23	62	0,01	0,02	169,6	256	531	0,00	0,01	107,4
1401 - Roraima	Norte de Roraima	119	222	0,05	0,06	86,6	1005	2281	0,02	0,03	127,0
1402 - Roraima	Sul de Roraima	8	43	0,00	0,01	437,5	94	447	0,00	0,01	375,5
1501 - Pará	Baixo Amazonas	244	335	0,09	0,09	37,3	5180	6820	0,10	0,08	31,7
1502 - Pará	Marajó	65	55	0,02	0,02	-15,4	3832	1475	0,07	0,02	-61,5
1503 - Pará	Metropolitana de Belém	1.170	1.679	0,44	0,47	43,5	30893	40669	0,57	0,50	31,6
1504 - Pará	Nordeste Paraense	329	472	0,12	0,13	43,5	8408	11020	0,16	0,14	31,1
1505 - Pará	Sudoeste Paraense	276	352	0,10	0,10	27,5	4270	4343	0,08	0,05	1,7
1506 - Pará	Sudeste Paraense	878	1.221	0,33	0,34	39,1	24159	39773	0,45	0,49	64,6
1601 - Amapá	Norte do Amapá	6	13	0,00	0,00	116,7	149	144	0,00	0,00	-3,4
1602 - Amapá	Sul do Amapá	192	331	0,07	0,09	72,4	2002	4865	0,04	0,06	143,0
1701 - Tocantins	Ocidental do Tocantins	454	777	0,17	0,22	71,1	5492	11311	0,10	0,14	106,0
1702 - Tocantins	Oriental do Tocantins	262	494	0,10	0,14	88,5	1970	5636	0,04	0,07	186,1
2101 - Maranhão	Norte Maranhense	606	990	0,23	0,28	63,4	8942	17758	0,17	0,22	98,6
2102 - Maranhão	Oeste Maranhense	447	567	0,17	0,16	26,8	7340	10221	0,14	0,13	39,3
2103 - Maranhão	Centro Maranhense	118	228	0,04	0,06	93,2	1336	2297	0,02	0,03	71,9
2104 - Maranhão	Leste Maranhense	158	269	0,06	0,08	70,3	3916	6365	0,07	0,08	62,5
2105 - Maranhão	Sul Maranhense	71	143	0,03	0,04	101,4	1182	4021	0,02	0,05	240,2
2201 - Piauí	Norte Piauiense	229	354	0,09	0,10	54,6	2077	2665	0,04	0,03	28,3
2202 - Piauí	Centro-Norte Piauiense	958	1.496	0,36	0,42	56,2	15716	22543	0,29	0,28	43,4
2203 - Piauí	Sudoeste Piauiense	109	217	0,04	0,06	99,1	815	1878	0,02	0,02	130,4
2204 - Piauí	Sudeste Piauiense	100	205	0,04	0,06	105,0	1147	1950	0,02	0,02	70,0
2301 - Ceará	Noroeste Cearense	414	559	0,16	0,16	35,0	19890	29079	0,37	0,36	46,2
2302 - Ceará	Norte Cearense	280	489	0,11	0,14	74,6	14020	18287	0,26	0,22	30,4
2303 - Ceará	Metropolitana de Fortaleza	4.613	7.424	1,75	2,08	60,9	107830	169573	2,00	2,08	57,3
2304 - Ceará	Sertões Cearenses	188	279	0,07	0,08	48,4	1258	3584	0,02	0,04	184,9
2305 - Ceará	Jaguaribe	341	515	0,13	0,14	51,0	7738	11747	0,14	0,14	51,8
2306 - Ceará	Centro-Sul Cearense	181	241	0,07	0,07	33,1	2141	4590	0,04	0,06	114,4
2307 - Ceará	Sul Cearense	688	1.020	0,26	0,29	48,3	11453	20539	0,21	0,25	79,3
2401 - Rio Grande do Norte	Oeste Potiguar	565	852	0,21	0,24	50,8	10779	17489	0,20	0,21	62,3
2402 - Rio Grande do Norte	Central Potiguar	418	717	0,16	0,20	71,5	4984	10252	0,09	0,13	105,7
2403 - Rio Grande do Norte	Agreste Potiguar	89	187	0,03	0,05	110,1	2065	3076	0,04	0,04	49,0
2404 - Rio Grande do Norte	Leste Potiguar	1.159	1.758	0,44	0,49	51,7	31662	46123	0,59	0,57	45,7
2501 - Paraíba	Sertão Paraibano	372	641	0,14	0,18	72,3	3235	6901	0,06	0,08	113,3
2502 - Paraíba	Borborema	118	171	0,04	0,05	44,9	869	1632	0,02	0,02	87,8
2503 - Paraíba	Agreste Paraibano	878	1.220	0,33	0,34	39,0	15244	28410	0,28	0,35	86,4
2504 - Paraíba	Mata Paraibana	965	1.312	0,37	0,37	36,0	26753	43561	0,50	0,53	62,8

Tabela A1 - Estabelecimentos e Emprego na Indústria por Mesorregião - 2003/2012

(continuação)

Estado	Mesorregião	Número de estabelecimentos		Distribuição percentual dos estabelecimentos		Varição percentual dos estabelecimentos	Número de empregos		Distribuição Percentual dos empregos		Varição percentual dos empregos
		2003	2012	2003	2012	2003/2012	2003	2012	2003	2012	2003/2012
2601 - Pernambuco	Sertão Pernambucano	457	826	0,17	0,23	80,7	4096	8559	0,08	0,10	109,0
2602 - Pernambuco	São Francisco Pernambucano	209	399	0,08	0,11	90,9	2182	4904	0,04	0,06	124,7
2603 - Pernambuco	Agreste Pernambucano	1.611	3.531	0,61	0,99	119,2	17030	38987	0,32	0,48	128,9
2604 - Pernambuco	Mata Pernambucana	582	890	0,22	0,25	52,9	36329	58665	0,68	0,72	61,5
2605 - Pernambuco	Metropolitana de Recife	3.349	4.533	1,27	1,27	35,4	68582	114525	1,27	1,40	67,0
2701 - Alagoas	Sertão Alagoano	46	85	0,02	0,02	84,8	767	1150	0,01	0,01	49,9
2702 - Alagoas	Agreste Alagoano	180	317	0,07	0,09	76,1	3162	6157	0,06	0,08	94,7
2703 - Alagoas	Leste Alagoano	938	1.307	0,36	0,37	39,3	76678	95628	1,43	1,17	24,7
2801 - Sergipe	Sertão Sergipano	49	71	0,02	0,02	44,9	477	4273	0,01	0,05	795,8
2802 - Sergipe	Agreste Sergipano	263	545	0,10	0,15	107,2	3269	13123	0,06	0,16	301,4
2803 - Sergipe	Leste Sergipano	976	1.380	0,37	0,39	41,4	22779	32851	0,42	0,40	44,2
2901 - Bahia	Extremo Oeste Baiano	190	512	0,07	0,14	169,5	1831	5934	0,03	0,07	224,1
2902 - Bahia	Vale São-Franciscano da Bahia	205	359	0,08	0,10	75,1	4811	6764	0,09	0,08	40,6
2903 - Bahia	Centro Norte Baiano	1.257	1.998	0,48	0,56	58,9	21515	40156	0,40	0,49	86,6
2904 - Bahia	Nordeste Baiano	375	703	0,14	0,20	87,5	7511	13008	0,14	0,16	73,2
2905 - Bahia	Metropolitana de Salvador	2.659	4.155	1,01	1,17	56,3	62212	109888	1,16	1,35	76,6
2906 - Bahia	Centro Sul Baiano	1.207	1.897	0,46	0,53	57,2	19041	36598	0,35	0,45	92,2
2907 - Bahia	Sul Baiano	1.191	1.688	0,45	0,47	41,7	15739	25818	0,29	0,32	64,0
3101 - Minas Gerais	Noroeste de Minas	358	556	0,14	0,16	55,3	5477	9648	0,10	0,12	76,2
3102 - Minas Gerais	Norte de Minas	1.062	1.451	0,40	0,41	36,6	21066	25116	0,39	0,31	19,2
3103 - Minas Gerais	Jequitinhonha	409	573	0,16	0,16	40,1	3844	4811	0,07	0,06	25,2
3104 - Minas Gerais	Vale do Mucuri	277	340	0,11	0,10	22,7	2586	4398	0,05	0,05	70,1
3105 - Minas Gerais	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	3.551	4.838	1,35	1,36	36,2	59557	96272	1,11	1,18	61,6
3106 - Minas Gerais	Central Mineira	871	1.081	0,33	0,30	24,1	10489	15747	0,19	0,19	50,1
3107 - Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	10.228	13.092	3,88	3,67	28,0	196590	341043	3,65	4,18	73,5
3108 - Minas Gerais	Vale do Rio Doce	1.770	2.265	0,67	0,64	28,0	33460	47172	0,62	0,58	41,0
3109 - Minas Gerais	Oeste de Minas	4.042	5.378	1,53	1,51	33,1	52552	83490	0,98	1,02	58,9
3110 - Minas Gerais	Sul/Sudoeste de Minas	6.262	8.520	2,38	2,39	36,1	90540	147678	1,68	1,81	63,1
3111 - Minas Gerais	Campo das Vertentes	1.079	1.337	0,41	0,38	23,9	13371	20408	0,25	0,25	52,6
3112 - Minas Gerais	Zona da Mata	4.574	5.798	1,74	1,63	26,8	60731	92201	1,13	1,13	51,8
3201 - Espírito Santo	Noroeste Espírito-Santense	973	1.318	0,37	0,37	35,5	15091	19901	0,28	0,24	31,9
3202 - Espírito Santo	Litoral Norte Espírito-Santense	690	1.027	0,26	0,29	48,8	12711	22890	0,24	0,28	80,1
3203 - Espírito Santo	Central Espírito-Santense	2.567	3.802	0,97	1,07	48,1	44788	66835	0,83	0,82	49,2
3204 - Espírito Santo	Sul Espírito-Santense	1.248	1.714	0,47	0,48	37,3	15154	23703	0,28	0,29	56,4
3301 - Rio de Janeiro	Noroeste Fluminense	612	856	0,23	0,24	39,9	5552	10052	0,10	0,12	81,1
3302 - Rio de Janeiro	Norte Fluminense	741	1.000	0,28	0,28	35,0	24827	50843	0,46	0,62	104,8
3303 - Rio de Janeiro	Centro Fluminense	1.343	2.248	0,51	0,63	67,4	20906	34281	0,39	0,42	64,0
3304 - Rio de Janeiro	Baixadas	414	640	0,16	0,18	54,6	4046	8682	0,08	0,11	114,6
3305 - Rio de Janeiro	Sul Fluminense	895	1.273	0,34	0,36	42,2	33768	57964	0,63	0,71	71,7
3306 - Rio de Janeiro	Metropolitana do Rio de Janeiro	10.451	12.479	3,97	3,50	19,4	222959	316152	4,14	3,88	41,8
3501 - São Paulo	São José do Rio Preto	3.467	4.508	1,32	1,27	30,0	53704	109831	1,00	1,35	104,5
3502 - São Paulo	Ribeirão Preto	5.346	7.080	2,03	1,99	32,4	117708	175916	2,19	2,16	49,5
3503 - São Paulo	Araçatuba	1.581	2.028	0,60	0,57	28,3	36706	56886	0,68	0,70	55,0
3504 - São Paulo	Bauru	2.827	3.499	1,07	0,98	23,8	66022	104837	1,23	1,29	58,8
3505 - São Paulo	Araraquara	1.868	2.731	0,71	0,77	46,2	46477	77877	0,86	0,96	67,6
3506 - São Paulo	Piracicaba	4.051	5.379	1,54	1,51	32,8	96304	165511	1,79	2,03	71,9
3507 - São Paulo	Campinas	8.997	11.253	3,42	3,16	25,1	228367	336977	4,24	4,13	47,6
3508 - São Paulo	Presidente Prudente	1.324	1.519	0,50	0,43	14,7	24014	44266	0,45	0,54	84,3
3509 - São Paulo	Marília	913	1.051	0,35	0,29	15,1	19316	27218	0,36	0,33	40,9
3510 - São Paulo	Assis	939	1.169	0,36	0,33	24,5	16973	28891	0,32	0,35	70,2
3511 - São Paulo	Itapetininga	1.196	1.516	0,45	0,43	26,8	29751	46943	0,55	0,58	57,8
3512 - São Paulo	Macro Metropolitana Paulista	5.098	6.975	1,94	1,96	36,8	156753	265535	2,91	3,26	69,4
3513 - São Paulo	Vale do Paraíba Paulista	2.323	2.948	0,88	0,83	26,9	95117	131840	1,77	1,62	38,6
3514 - São Paulo	Litoral Sul Paulista	322	361	0,12	0,10	12,1	2963	4318	0,06	0,05	45,7
3515 - São Paulo	Metropolitana de São Paulo	37.945	44.258	14,41	12,42	16,6	904870	1162001	16,82	14,25	28,4

Tabela A1 - Estabelecimentos e Emprego na Indústria por Mesorregião - 2003/2012

(continuação)

Estado	Mesorregião	Número de estabelecimentos		Distribuição percentual dos estabelecimentos		Varição percentual dos estabelecimentos	Número de empregos		Distribuição Percentual dos empregos		Varição percentual dos empregos
		2003	2012	2003	2012	2003/2012	2003	2012	2003	2012	2003/2012
4101 - Paraná	Noroeste Paranaense	1.973	2.971	0,75	0,83	50,6	33200	67163	0,62	0,82	102,3
4102 - Paraná	Centro Ocidental Paranaense	542	784	0,21	0,22	44,6	7817	12673	0,15	0,16	62,1
4103 - Paraná	Norte Central Paranaense	5.866	8.601	2,23	2,41	46,6	98181	161431	1,82	1,98	64,4
4104 - Paraná	Norte Pioneiro Paranaense	859	1.171	0,33	0,33	36,3	19312	26300	0,36	0,32	36,2
4105 - Paraná	Centro Oriental Paranaense	1.232	1.530	0,47	0,43	24,2	32046	38796	0,60	0,48	21,1
4106 - Paraná	Oeste Paranaense	2.429	3.839	0,92	1,08	58,0	41618	68845	0,77	0,84	65,4
4107 - Paraná	Sudoeste Paranaense	1.244	1.811	0,47	0,51	45,6	19153	30112	0,36	0,37	57,2
4108 - Paraná	Centro-Sul Paranaense	939	1.045	0,36	0,29	11,3	18601	17551	0,35	0,22	-5,6
4109 - Paraná	Sudeste Paranaense	1.086	1.234	0,41	0,35	13,6	17525	20635	0,33	0,25	17,7
4110 - Paraná	Metropolitana de Curitiba	7.119	9.838	2,70	2,76	38,2	144586	227998	2,69	2,80	57,7
4201 - Santa Catarina	Oeste Catarinense	3.760	5.155	1,43	1,45	37,1	80161	108711	1,49	1,33	35,6
4202 - Santa Catarina	Norte Catarinense	4.350	5.818	1,65	1,63	33,7	117386	167264	2,18	2,05	42,5
4203 - Santa Catarina	Serrana	996	1.172	0,38	0,33	17,7	17565	22447	0,33	0,28	27,8
4204 - Santa Catarina	Vale do Itajaí	7.871	12.091	2,99	3,39	53,6	131157	203238	2,44	2,49	55,0
4205 - Santa Catarina	Grande Florianópolis	2.293	3.528	0,87	0,99	53,9	24048	42584	0,45	0,52	77,1
4206 - Santa Catarina	Sul Catarinense	4.197	5.879	1,59	1,65	40,1	61949	96010	1,15	1,18	55,0
4301 - Rio Grande do Sul	Noroeste Rio-Grandense	5.094	6.272	1,93	1,76	23,1	68342	97385	1,27	1,19	42,5
4302 - Rio Grande do Sul	Nordeste Rio-Grandense	6.823	8.379	2,59	2,35	22,8	119276	170814	2,22	2,09	43,2
4303 - Rio Grande do Sul	Centro Ocidental Rio-Grandense	872	1.095	0,33	0,31	25,6	10154	12346	0,19	0,15	21,6
4304 - Rio Grande do Sul	Centro Oriental Rio-Grandense	2.556	3.268	0,97	0,92	27,9	60275	70621	1,12	0,87	17,2
4305 - Rio Grande do Sul	Metropolitana de Porto Alegre	13.581	17.347	5,16	4,87	27,7	285493	336179	5,31	4,12	17,8
4306 - Rio Grande do Sul	Sudoeste Rio-Grandense	645	744	0,24	0,21	15,3	7121	11197	0,13	0,14	57,2
4307 - Rio Grande do Sul	Sudeste Rio-Grandense	1.133	1.360	0,43	0,38	20,0	19067	30019	0,35	0,37	57,4
5001 - Mato Grosso do Sul	Pantaneais Sul Mato-Grossense	139	161	0,05	0,05	15,8	2066	3785	0,04	0,05	83,2
5002 - Mato Grosso do Sul	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	812	1.263	0,31	0,35	55,5	14742	25138	0,27	0,31	70,5
5003 - Mato Grosso do Sul	Leste de Mato Grosso do Sul	539	861	0,20	0,24	59,7	11223	26541	0,21	0,33	136,5
5004 - Mato Grosso do Sul	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	779	1.193	0,30	0,33	53,1	14853	39249	0,28	0,48	164,2
5101 - Mato Grosso	Norte Mato-Grossense	1.975	2.724	0,75	0,76	37,9	27281	37882	0,51	0,46	38,9
5102 - Mato Grosso	Nordeste Mato-Grossense	198	315	0,08	0,09	59,1	3349	4880	0,06	0,06	45,7
5103 - Mato Grosso	Sudoeste Mato-Grossense	331	487	0,13	0,14	47,1	11532	13449	0,21	0,16	16,6
5104 - Mato Grosso	Centro-Sul Mato-Grossense	1.092	1.676	0,41	0,47	53,5	17548	26458	0,33	0,32	50,8
5105 - Mato Grosso	Sudeste Mato-Grossense	467	887	0,18	0,25	89,9	4964	16387	0,09	0,20	230,1
5201 - Goiás	Noroeste Goiano	122	275	0,05	0,08	125,4	2752	6479	0,05	0,08	135,4
5202 - Goiás	Norte Goiano	169	305	0,06	0,09	80,5	3401	5642	0,06	0,07	65,9
5203 - Goiás	Centro Goiano	6.114	9.729	2,32	2,73	59,1	80808	145147	1,50	1,78	79,6
5204 - Goiás	Leste Goiano	532	882	0,20	0,25	65,8	6059	11470	0,11	0,14	89,3
5205 - Goiás	Sul Goiano	1.369	2.200	0,52	0,62	60,7	28145	73925	0,52	0,91	162,7
5301 - Distrito Federal	Distrito Federal	1.501	2.755	0,57	0,77	83,5	17529	36695	0,33	0,45	109,3
Total		263.331	356.329	100	100	35,3	5.379.853	8.153.896	100	100	51,6

Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS

Tabela A2 - Massa de Salários (mensal), Salário Médio Real (R\$ de 2012) e Taxa de Pobreza (em 2010) por Mesorregião - 2003/2012

Coluna	Mesorregião	Massa de salários (mensal)		Distribuição da massa de salários		Variação percentual da massa de salários	Salário médio (R\$ de 2012)		Variação do salário médio	Taxa de pobreza - até 60% da renda média domiciliar per capita em 2010 (R\$ 225)
		2003	2012	2003	2012	2003/2012	2003	2012	2003/2012	2010
1101 - Rondônia	Madeira-Guaporé	3.841.091	12.144.402	0,05	0,08	216,17	789,70	1338,37	69,48	28,40
1102 - Rondônia	Leste Rondoniense	13.153.833	30.367.177	0,16	0,19	130,86	706,28	1086,17	53,79	33,53
1201 - Acre	Vale do Juruá	128.414	446.862	0,00	0,00	247,98	458,62	778,51	69,75	64,67
1202 - Acre	Vale do Acre	2.179.160	6.960.456	0,03	0,04	219,41	694,66	1061,85	52,86	40,97
1301 - Amazonas	Norte Amazonense	2.704	8.707	0,00	0,00	221,97	450,72	791,55	75,62	68,24
1302 - Amazonas	Sudoeste Amazonense	82.047	128.929	0,00	0,00	57,14	1012,93	682,16	-32,65	77,06
1303 - Amazonas	Centro Amazonense	119.348.614	246.030.214	1,46	1,53	106,14	1720,89	1935,55	12,47	44,20
1304 - Amazonas	Sul Amazonense	129.739	612.581	0,00	0,00	372,16	506,79	1153,64	127,63	69,31
1401 - Roraima	Norte de Roraima	677.145	2.502.193	0,01	0,02	269,52	673,78	1096,97	62,81	38,12
1402 - Roraima	Sul de Roraima	68.879	436.262	0,00	0,00	533,38	732,75	975,98	33,19	56,85
1501 - Pará	Baixo Amazonas	8.127.045	14.563.124	0,10	0,09	79,19	1568,93	2135,36	36,10	63,62
1502 - Pará	Marajó	2.401.675	1.278.506	0,03	0,01	-46,77	626,74	866,78	38,30	77,05
1503 - Pará	Metropolitana de Belém	34.818.749	60.979.147	0,43	0,38	75,13	1127,08	1499,40	33,03	36,37
1504 - Pará	Nordeste Paraense	6.547.929	11.481.451	0,08	0,07	75,34	778,77	1041,87	33,78	69,91
1505 - Pará	Sudoeste Paraense	3.280.687	5.665.633	0,04	0,04	72,70	768,31	1304,54	69,79	54,56
1506 - Pará	Sudeste Paraense	20.980.922	97.422.720	0,26	0,60	364,34	868,45	2449,47	182,05	50,43
1601 - Amapá	Norte do Amapá	142.461	175.464	0,00	0,00	23,17	956,12	1218,50	27,44	58,39
1602 - Amapá	Sul do Amapá	2.028.996	9.146.629	0,02	0,06	350,80	1013,48	1880,09	85,51	43,11
1701 - Tocantins	Ocidental do Tocantins	3.617.584	12.040.165	0,04	0,07	232,82	658,70	1064,47	61,60	42,87
1702 - Tocantins	Oriental do Tocantins	1.485.935	8.503.511	0,02	0,05	472,27	754,28	1508,78	100,03	36,66
2101 - Maranhão	Norte Maranhense	13.658.073	30.700.666	0,17	0,19	124,78	1527,41	1728,84	13,19	54,17
2102 - Maranhão	Oeste Maranhense	5.618.337	13.012.176	0,07	0,08	131,60	765,44	1273,08	66,32	61,20
2103 - Maranhão	Centro Maranhense	725.718	2.336.373	0,01	0,01	221,94	543,20	1017,14	87,25	66,00
2104 - Maranhão	Leste Maranhense	4.086.557	8.204.906	0,05	0,05	100,78	1043,55	1289,07	23,53	68,01
2105 - Maranhão	Sul Maranhense	882.263	5.570.010	0,01	0,03	531,33	746,42	1385,23	85,58	53,98
2201 - Piauí	Norte Piauiense	1.200.937	2.053.305	0,01	0,01	70,98	578,21	770,47	33,25	63,20
2202 - Piauí	Centro-Norte Piauiense	9.975.482	21.559.971	0,12	0,13	116,13	634,73	956,39	50,68	46,47
2203 - Piauí	Sudoeste Piauiense	398.564	1.787.159	0,00	0,01	348,40	489,04	951,63	94,59	59,35
2204 - Piauí	Sudeste Piauiense	897.997	2.088.571	0,01	0,01	132,58	782,91	1071,06	36,81	60,70
2301 - Ceará	Noroeste Cearense	12.905.592	24.207.911	0,16	0,15	87,58	648,85	832,49	28,30	65,83
2302 - Ceará	Norte Cearense	8.581.534	19.485.566	0,10	0,12	127,06	612,09	1065,54	74,08	66,07
2303 - Ceará	Metropolitana de Fortaleza	88.699.370	184.130.656	1,08	1,14	107,59	822,59	1085,85	32,00	37,35
2304 - Ceará	Sertões Cearenses	759.224	3.539.923	0,01	0,02	366,26	603,52	987,70	63,66	64,50
2305 - Ceará	Jaguaribe	4.228.817	10.204.707	0,05	0,06	141,31	546,50	868,71	58,96	56,52
2306 - Ceará	Centro-Sul Cearense	1.063.112	3.332.778	0,01	0,02	213,49	496,55	726,10	46,23	59,41
2307 - Ceará	Sul Cearense	6.564.222	16.455.932	0,08	0,10	150,69	573,14	801,20	39,79	58,41
2401 - Rio Grande do Norte	Oeste Potiguar	14.956.305	37.617.818	0,18	0,23	151,52	1387,54	2150,94	55,02	48,28
2402 - Rio Grande do Norte	Central Potiguar	4.608.535	14.832.107	0,06	0,09	221,84	924,67	1446,75	56,46	48,18
2403 - Rio Grande do Norte	Agreste Potiguar	951.526	2.325.666	0,01	0,01	144,41	460,79	756,07	64,08	61,81
2404 - Rio Grande do Norte	Leste Potiguar	27.625.456	57.841.352	0,34	0,36	109,38	872,51	1254,07	43,73	37,16
2501 - Paraíba	Sertão Paraibano	1.560.524	5.091.281	0,02	0,03	226,25	482,39	737,76	52,94	55,87
2502 - Paraíba	Borborema	488.584	1.231.567	0,01	0,01	152,07	562,24	754,64	34,22	58,47
2503 - Paraíba	Agreste Paraibano	10.063.028	27.119.625	0,12	0,17	169,50	660,13	954,58	44,60	53,36
2504 - Paraíba	Mata Paraibana	21.414.715	47.349.265	0,26	0,29	121,11	800,46	1086,96	35,79	42,41

(continuação)

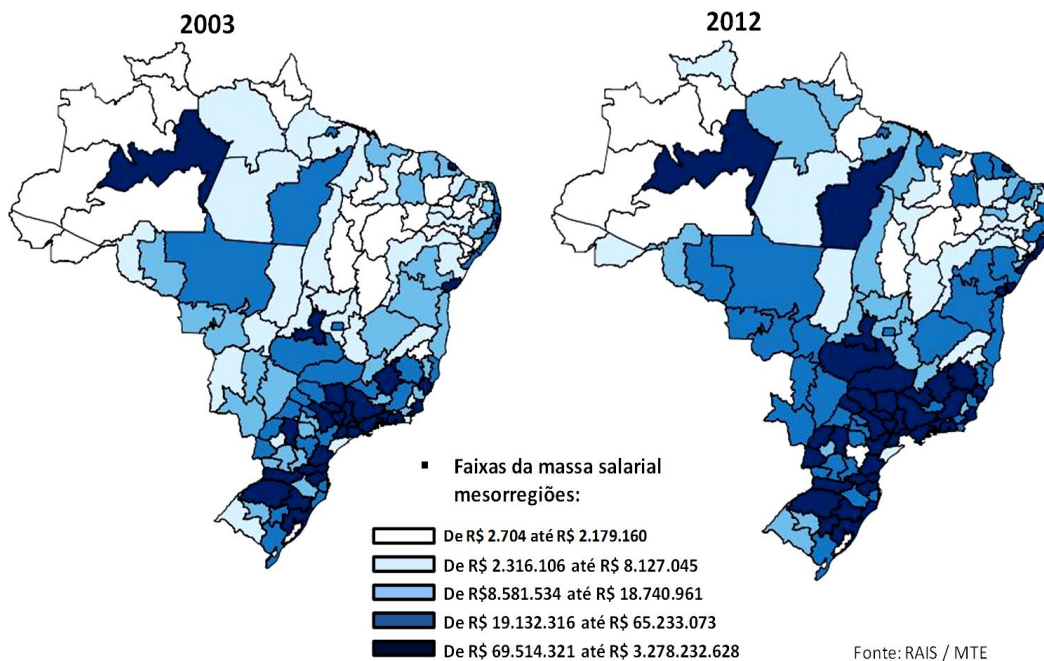
Coluna	Mesorregião	Massa de salários (mensal)		Distribuição da massa de salários		Variação percentual da massa de salários	Salário médio		Variação do salário médio	Taxa de pobreza - até 60% da renda média domiciliar per capita em 2010 (R\$ 225)
		2003	2012	2003	2012		2003/2012	2003		
2601 - Pernambuco	Sertão Pernambucano	2.316.106	7.507.964	0,03	0,05	224,16	565,46	877,20	55,13	62,14
2602 - Pernambuco	São Francisco Pernambucano	1.890.992	5.349.260	0,02	0,03	182,88	866,63	1090,80	25,87	54,09
2603 - Pernambuco	Agreste Pernambucano	10.346.605	33.770.963	0,13	0,21	226,40	607,55	866,21	42,57	55,29
2604 - Pernambuco	Mata Pernambucana	27.748.249	65.290.727	0,34	0,41	135,30	763,80	1112,94	45,71	60,42
2605 - Pernambuco	Metropolitana de Recife	81.463.472	191.259.038	0,99	1,19	134,78	1187,83	1670,02	40,59	36,78
2701 - Alagoas	Sertão Alagoano	629.035	1.245.198	0,01	0,01	97,95	820,12	1082,78	32,03	69,86
2702 - Alagoas	Agreste Alagoano	2.030.771	5.497.845	0,02	0,03	170,73	642,24	892,94	39,04	62,02
2703 - Alagoas	Leste Alagoano	57.868.211	114.422.191	0,71	0,71	97,73	754,69	1196,53	58,55	51,89
2801 - Sergipe	Sertão Sergipano	250.139	3.589.258	0,00	0,02	1334,91	524,40	839,99	60,18	64,41
2802 - Sergipe	Agreste Sergipano	1.744.356	11.361.894	0,02	0,07	551,35	533,61	865,80	62,25	55,95
2803 - Sergipe	Leste Sergipano	31.287.582	79.224.835	0,38	0,49	153,21	1373,53	2411,64	75,58	44,32
2901 - Bahia	Extremo Oeste Baiano	1.943.073	7.236.165	0,02	0,04	272,41	1061,21	1219,44	14,91	53,03
2902 - Bahia	Vale São-Franciscano da Bahia	3.717.847	7.799.508	0,05	0,05	109,79	772,78	1153,09	49,21	60,96
2903 - Bahia	Centro Norte Baiano	18.276.332	49.714.876	0,22	0,31	172,02	849,47	1238,04	45,74	55,82
2904 - Bahia	Nordeste Baiano	5.778.019	20.012.424	0,07	0,12	246,35	769,27	1538,47	99,99	62,52
2905 - Bahia	Metropolitana de Salvador	136.352.355	309.883.549	1,67	1,92	127,27	2191,74	2819,99	28,66	34,75
2906 - Bahia	Centro Sul Baiano	12.368.009	33.376.245	0,15	0,21	169,86	649,55	911,97	40,40	56,26
2907 - Bahia	Sul Baiano	16.323.314	36.995.988	0,20	0,23	126,65	1037,13	1432,95	38,17	51,13
3101 - Minas Gerais	Noroeste de Minas	7.109.571	18.689.470	0,09	0,12	162,88	1298,08	1937,13	49,23	31,49
3102 - Minas Gerais	Norte de Minas	17.706.574	31.283.456	0,22	0,19	76,68	840,53	1245,56	48,19	49,93
3103 - Minas Gerais	Jequitinhonha	2.610.629	5.115.988	0,03	0,03	95,97	679,14	1063,39	56,58	44,14
3104 - Minas Gerais	Vale do Mucuri	1.920.060	5.134.691	0,02	0,03	167,42	742,48	1167,51	57,24	47,55
3105 - Minas Gerais	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	65.233.073	159.313.132	0,80	0,99	144,22	1095,30	1654,82	51,08	15,03
3106 - Minas Gerais	Central Mineira	8.730.027	18.465.128	0,11	0,11	111,51	832,30	1172,61	40,89	26,45
3107 - Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	298.347.523	756.756.464	3,64	4,69	153,65	1517,61	2218,95	46,21	19,57
3108 - Minas Gerais	Vale do Rio Doce	58.604.564	88.988.047	0,72	0,55	51,84	1751,48	1886,46	7,71	35,24
3109 - Minas Gerais	Oeste de Minas	39.204.604	90.530.210	0,48	0,56	130,92	746,02	1084,32	45,35	17,40
3110 - Minas Gerais	Sul/Sudoeste de Minas	91.262.575	197.648.469	1,11	1,23	116,57	1007,98	1338,37	32,78	21,81
3111 - Minas Gerais	Campo das Vertentes	12.942.663	26.575.657	0,16	0,16	105,33	967,97	1302,22	34,53	26,60
3112 - Minas Gerais	Zona da Mata	48.966.524	99.238.674	0,60	0,62	102,67	806,29	1076,33	33,49	27,94
3201 - Espírito Santo	Noroeste Espírito-santense	9.933.161	21.542.451	0,12	0,13	116,87	658,22	1082,48	64,46	30,43
3202 - Espírito Santo	Litoral Norte Espírito-santense	20.092.053	44.969.047	0,25	0,28	123,82	1580,68	1964,57	24,29	31,23
3203 - Espírito Santo	Central Espírito-santense	79.064.044	151.768.117	0,97	0,94	91,96	1765,30	2270,79	28,64	20,70
3204 - Espírito Santo	Sul Espírito-santense	13.574.703	29.356.748	0,17	0,18	116,26	895,78	1238,52	38,26	30,96
3301 - Rio de Janeiro	Noroeste Fluminense	4.386.533	10.258.781	0,05	0,06	133,87	790,08	1020,57	29,17	26,91
3302 - Rio de Janeiro	Norte Fluminense	115.159.779	371.977.302	1,41	2,31	223,01	4638,49	7316,19	57,73	28,02
3303 - Rio de Janeiro	Centro Fluminense	18.740.961	37.378.106	0,23	0,23	99,45	896,44	1090,34	21,63	21,67
3304 - Rio de Janeiro	Baixadas	5.091.434	26.046.496	0,06	0,16	411,57	1258,39	3000,06	138,40	23,80
3305 - Rio de Janeiro	Sul Fluminense	75.054.824	135.925.665	0,92	0,84	81,10	2222,66	2345,00	5,50	20,05
3306 - Rio de Janeiro	Metropolitana do Rio de Janeiro	454.972.527	1.052.504.117	5,56	6,53	131,33	2040,61	3329,11	63,14	19,84
3501 - São Paulo	São José do Rio Preto	58.442.529	171.324.129	0,71	1,06	193,15	1088,23	1559,89	43,34	10,85
3502 - São Paulo	Ribeirão Preto	159.860.145	315.549.930	1,95	1,96	97,39	1358,11	1793,75	32,08	13,16
3503 - São Paulo	Araçatuba	33.762.717	77.934.283	0,41	0,48	130,83	919,81	1370,01	48,94	13,32
3504 - São Paulo	Bauru	80.195.046	175.959.055	0,98	1,09	119,41	1214,67	1678,41	38,18	14,52
3505 - São Paulo	Araraquara	74.064.135	150.735.192	0,90	0,94	103,52	1593,57	1935,55	21,46	12,28
3506 - São Paulo	Piracicaba	165.706.901	353.164.973	2,02	2,19	113,13	1720,66	2133,79	24,01	12,21
3507 - São Paulo	Campinas	477.356.885	851.075.333	5,83	5,28	78,29	2090,31	2525,62	20,83	11,36
3508 - São Paulo	Presidente Prudente	24.067.010	62.741.836	0,29	0,39	160,70	1002,21	1417,38	41,43	17,06
3509 - São Paulo	Marília	26.850.286	48.849.755	0,33	0,30	81,93	1390,05	1794,76	29,11	15,86
3510 - São Paulo	Assis	17.859.540	40.624.968	0,22	0,25	127,47	1052,23	1406,15	33,63	17,18
3511 - São Paulo	Itapetininga	36.360.186	78.712.847	0,44	0,49	116,48	1222,15	1676,77	37,20	26,74
3512 - São Paulo	Macro Metropolitana Paulista	302.584.505	640.258.830	3,70	3,97	111,60	1930,33	2411,20	24,91	13,67
3513 - São Paulo	Vale do Paraíba Paulista	308.468.837	480.601.774	3,77	2,98	55,80	3243,05	3645,34	12,40	17,86
3514 - São Paulo	Litoral Sul Paulista	3.942.365	7.056.427	0,05	0,04	78,99	1330,53	1634,19	22,82	32,69
3515 - São Paulo	Metropolitana de São Paulo	2.117.886.544	3.278.232.628	25,87	20,34	54,79	2340,54	2821,20	20,54	16,29

(continuação)

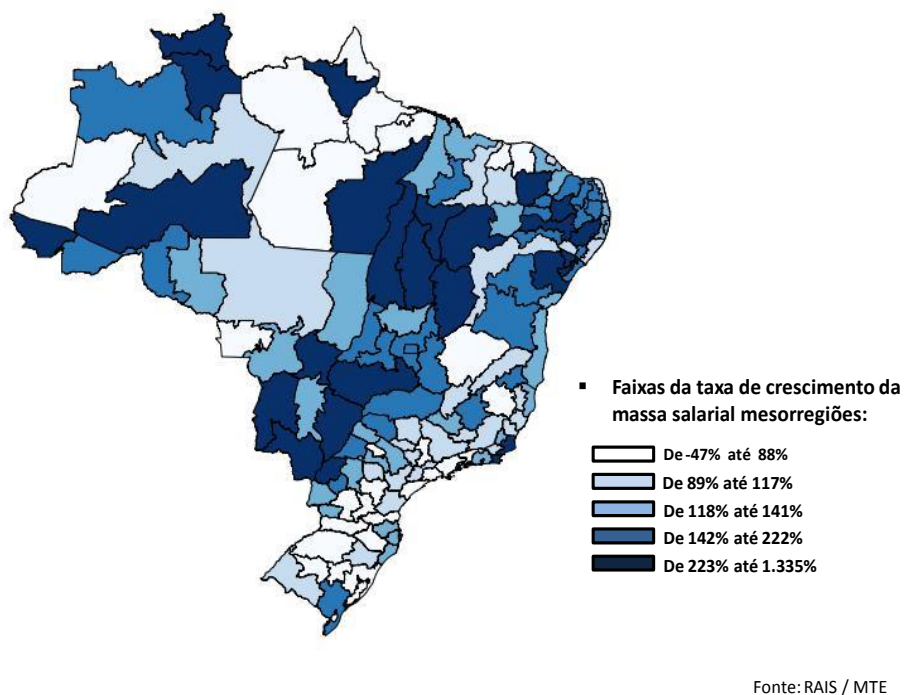
Coluna	Mesorregião	Massa de salários (mensal)		Distribuição da massa de salários		Varição percentual da massa de salários	Salário médio		Varição do salário médio	Taxa de pobreza - até 60% da renda média domiciliar per capita em 2010 (R\$ 225)
		2003	2012	2003	2012	2003/2012	2003	2012	2003/2012	2010
		4101 - Paraná	Noroeste Paranaense	23.736.935	79.803.480	0,29	0,50	236,20	714,97	1188,21
4102 - Paraná	Centro Ocidental Paranaense	5.609.068	14.378.523	0,07	0,09	156,34	717,55	1134,58	58,12	23,36
4103 - Paraná	Norte Central Paranaense	90.116.114	213.863.937	1,10	1,33	137,32	917,86	1324,80	44,34	13,81
4104 - Paraná	Norte Pioneiro Paranaense	15.184.965	31.359.864	0,19	0,19	106,52	786,30	1192,39	51,65	25,63
4105 - Paraná	Centro Oriental Paranaense	40.882.528	65.531.508	0,50	0,41	60,29	1275,75	1689,13	32,40	25,64
4106 - Paraná	Oeste Paranaense	34.028.854	81.470.211	0,42	0,51	139,42	817,65	1183,39	44,73	18,07
4107 - Paraná	Sudoeste Paranaense	14.247.364	31.559.596	0,17	0,20	121,51	743,87	1048,07	40,89	20,31
4108 - Paraná	Centro-Sul Paranaense	16.093.941	21.071.124	0,20	0,13	30,93	865,22	1200,57	38,76	37,02
4109 - Paraná	Sudeste Paranaense	16.043.507	27.331.160	0,20	0,17	70,36	915,46	1324,50	44,68	32,44
4110 - Paraná	Metropolitana de Curitiba	253.862.082	521.551.791	3,10	3,24	105,45	1755,79	2287,53	30,29	13,33
4201 - Santa Catarina	Oeste Catarinense	77.546.432	142.450.747	0,95	0,88	83,70	967,38	1310,36	35,45	14,94
4202 - Santa Catarina	Norte Catarinense	172.493.814	299.565.215	2,11	1,86	73,67	1469,46	1790,97	21,88	12,03
4203 - Santa Catarina	Serrana	17.340.250	31.853.805	0,21	0,20	83,70	987,20	1419,07	43,75	24,35
4204 - Santa Catarina	Vale do Itajaí	141.926.909	310.053.040	1,73	1,92	118,46	1082,11	1525,57	40,98	7,17
4205 - Santa Catarina	Grande Florianópolis	26.594.882	62.194.529	0,32	0,39	133,86	1105,91	1460,51	32,06	7,23
4206 - Santa Catarina	Sul Catarinense	61.150.727	133.787.428	0,75	0,83	118,78	987,11	1393,47	41,17	10,91
4301 - Rio Grande do Sul	Noroeste Rio-grandense	71.352.712	134.187.563	0,87	0,83	88,06	1044,05	1377,91	31,98	19,07
4302 - Rio Grande do Sul	Nordeste Rio-grandense	165.242.255	316.526.652	2,02	1,96	91,55	1385,38	1853,05	33,76	8,68
4303 - Rio Grande do Sul	Centro Ocidental Rio-grandense	8.993.490	14.875.098	0,11	0,09	65,40	885,71	1204,85	36,03	20,59
4304 - Rio Grande do Sul	Centro Oriental Rio-grandense	61.839.284	94.824.476	0,76	0,59	53,34	1025,95	1342,72	30,88	15,41
4305 - Rio Grande do Sul	Metropolitana de Porto Alegre	398.898.710	572.653.788	4,87	3,55	43,56	1397,23	1703,42	21,91	15,22
4306 - Rio Grande do Sul	Sudoeste Rio-grandense	6.689.808	13.956.878	0,08	0,09	108,63	939,45	1246,48	32,68	28,55
4307 - Rio Grande do Sul	Sudeste Rio-grandense	19.132.316	55.006.737	0,23	0,34	187,51	1003,43	1832,40	82,61	24,31
5001 - Mato Grosso do Sul	Pantanal Sul Mato-grossense	2.420.709	8.508.664	0,03	0,05	251,49	1171,69	2248,00	91,86	39,20
5002 - Mato Grosso do Sul	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	13.464.218	30.649.283	0,16	0,19	127,64	913,32	1219,24	33,49	18,99
5003 - Mato Grosso do Sul	Leste de Mato Grosso do Sul	9.391.167	40.790.765	0,11	0,25	334,35	836,78	1536,90	83,67	20,62
5004 - Mato Grosso do Sul	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	11.953.846	59.722.679	0,15	0,37	399,61	804,81	1521,64	89,07	29,89
5101 - Mato Grosso	Norte Mato-grossense	22.864.194	48.373.614	0,28	0,30	111,57	838,10	1276,96	52,36	24,78
5102 - Mato Grosso	Nordeste Mato-grossense	2.884.758	6.500.853	0,04	0,04	125,35	861,38	1332,14	54,65	31,84
5103 - Mato Grosso	Sudoeste Mato-grossense	12.215.160	19.955.478	0,15	0,12	63,37	1059,24	1483,79	40,08	27,24
5104 - Mato Grosso	Centro-Sul Mato-grossense	16.279.177	37.611.431	0,20	0,23	131,04	927,69	1421,55	53,24	22,47
5105 - Mato Grosso	Sudeste Mato-grossense	5.502.268	25.570.297	0,07	0,16	364,72	1108,43	1560,40	40,78	20,56
5201 - Goiás	Noroeste Goiano	3.123.257	9.998.807	0,04	0,06	220,14	1134,90	1543,26	35,98	27,30
5202 - Goiás	Norte Goiano	5.090.794	12.240.289	0,06	0,08	140,44	1496,85	2169,49	44,94	34,89
5203 - Goiás	Centro Goiano	69.514.321	190.907.699	0,85	1,18	174,63	860,24	1315,27	52,90	17,33
5204 - Goiás	Leste Goiano	5.663.257	14.556.890	0,07	0,09	157,04	934,69	1269,13	35,78	33,37
5205 - Goiás	Sul Goiano	29.176.248	123.818.068	0,36	0,77	324,38	1036,64	1674,91	61,57	17,81
5301 - Distrito Federal	Distrito Federal	25.358.550	63.251.410	0,31	0,39	149,43	1446,66	1723,71	19,15	15,68
Total		8.187.317.458	16.121.112.899	100	100	96,90	1521,85	1977,11	29,91	30,38

Fonte: Processamento da equipe a partir da RAIS e IBGE

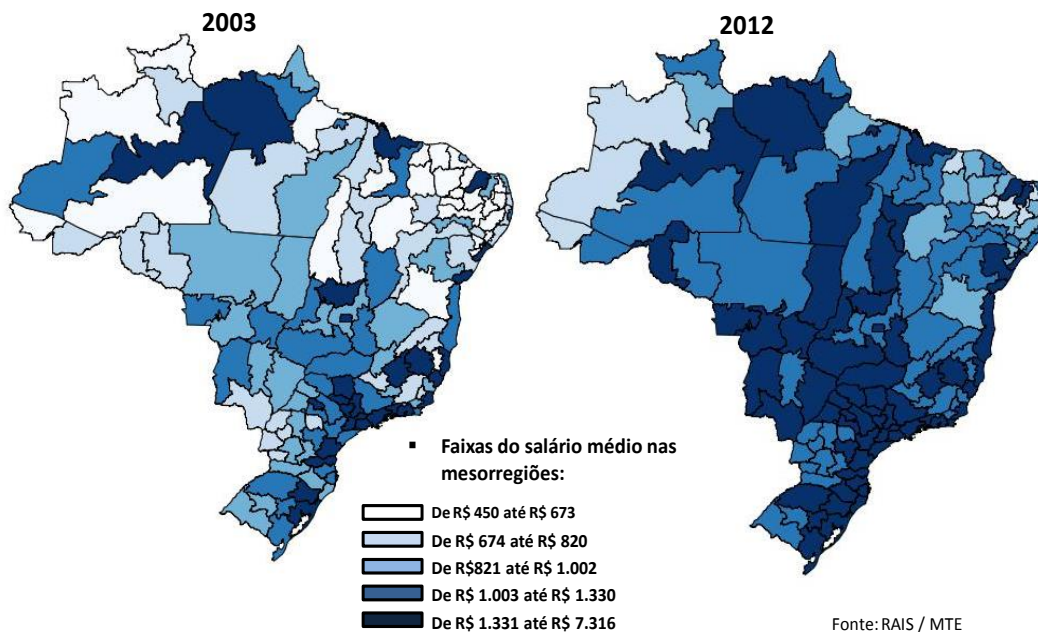
Mapa A1 - Massa Salarial por Mesorregião – Indústria de transformação e extrativa mineral – 2003/2012 (em reais de 2012)



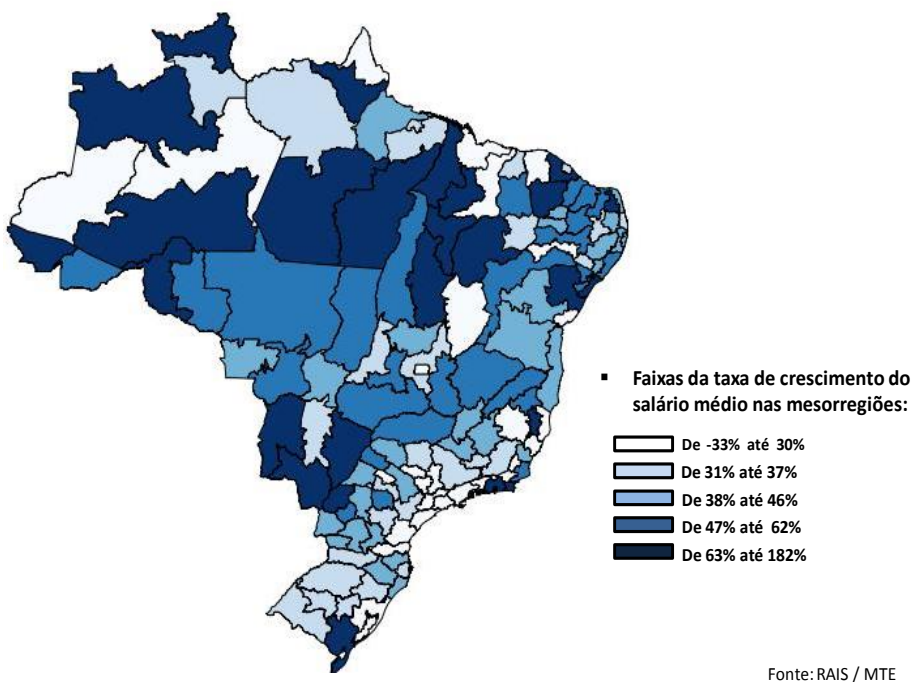
Mapa A2 - Taxa de crescimento da massa salarial por Mesorregião – Indústria de transformação e extrativa mineral – 2003/2012



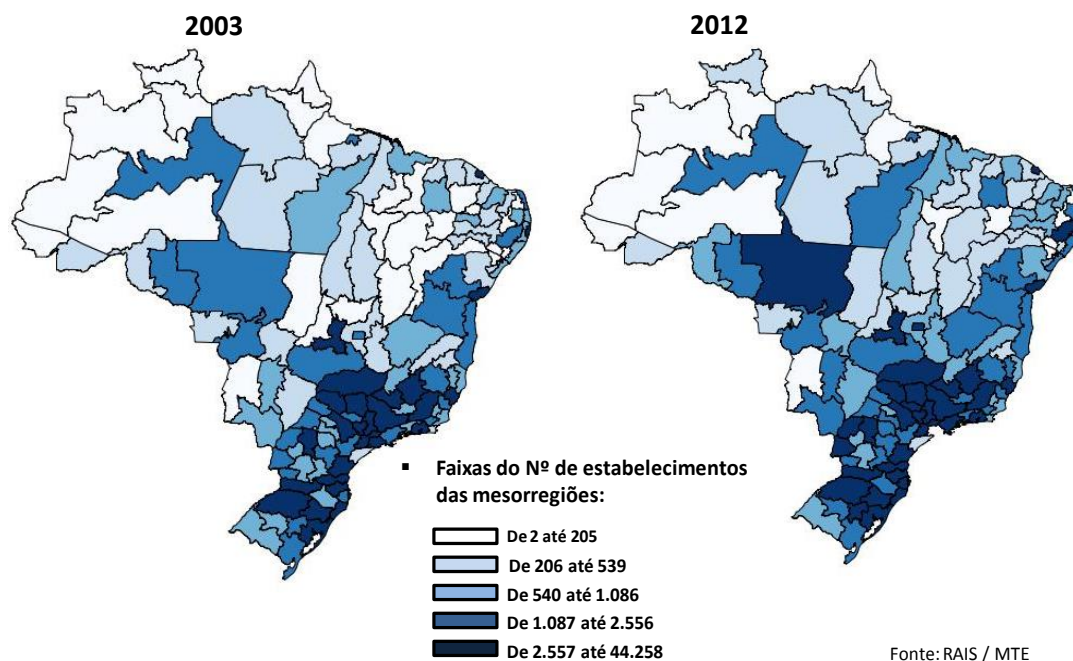
Mapa A3 - Salário Médio por Mesorregião – Indústria de transformação e extrativa mineral – 2003/2012 (em reais de 2012)



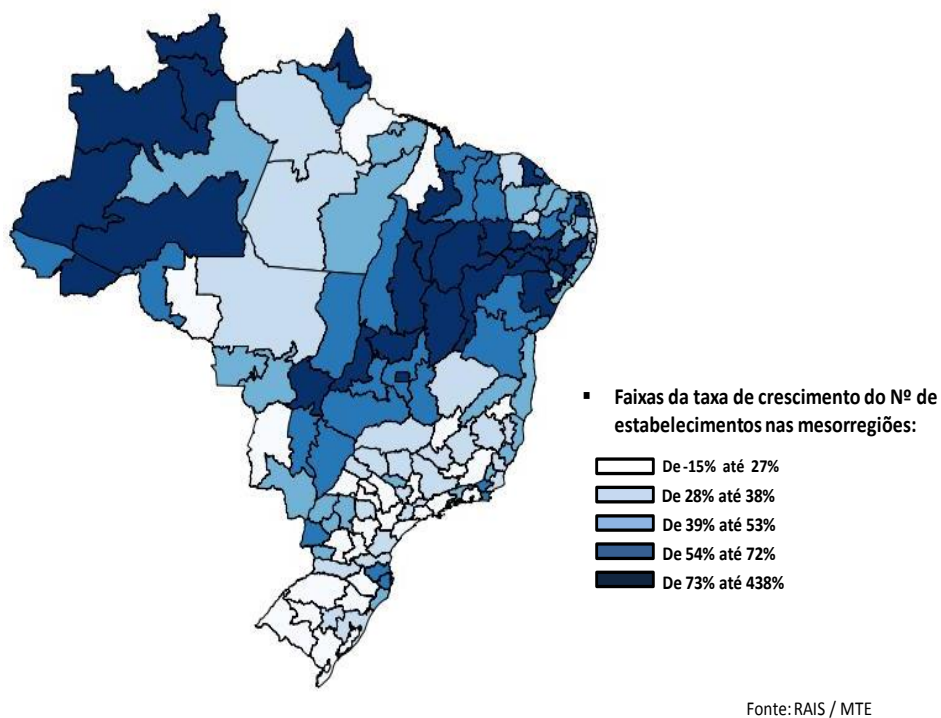
Mapa A4 - Taxa de crescimento do salário médio por Mesorregião – Indústria de transformação e extrativa mineral – 2003/2012



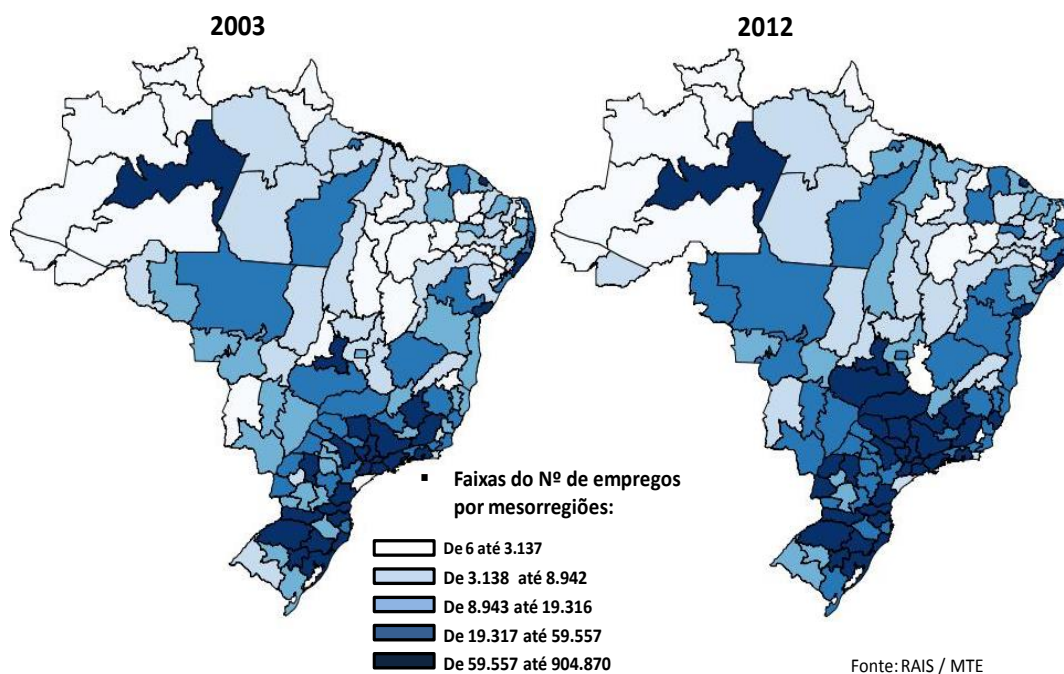
Mapa A5 - Número de estabelecimentos por Mesorregião – Indústria de transformação e extrativa mineral – 2003/2012



Mapa A6 - Taxa de crescimento do número de estabelecimentos por Mesorregião – Indústria de transformação e extrativa mineral – 2003/2012



Mapa A7 - Número de empregos por Mesorregião – Indústria de transformação e extrativa mineral – 2003/2012



Mapa A8 - Taxa de crescimento do número de empregos por Mesorregião – Indústria de transformação e extrativa mineral – 2003/2012

